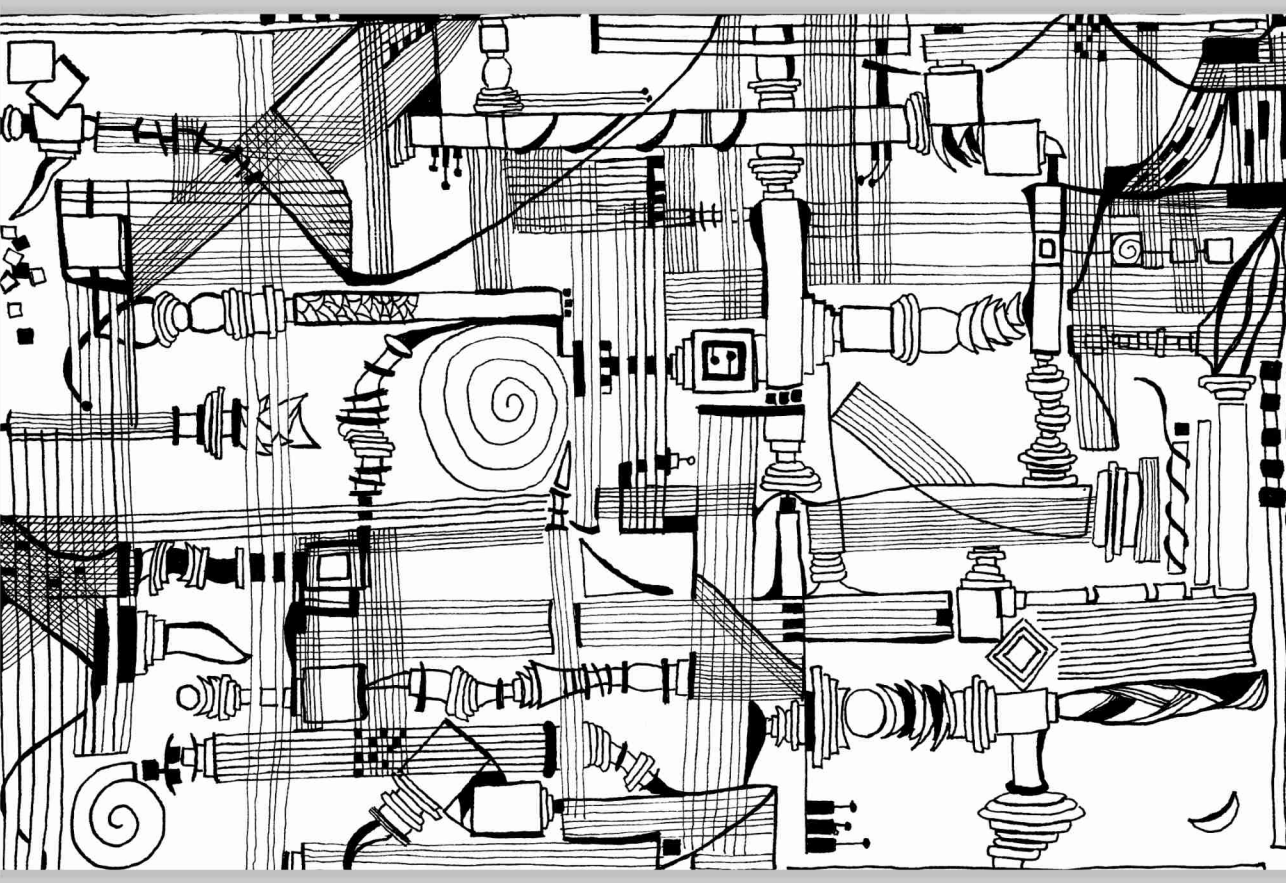
UPPs

Uma polícia de que gênero?



Barbara Musumeci Mourão

cesec
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

Apoio
FUNDAÇÃO FORD

UPPs
Uma polícia de que gênero?

Barbara Musumeci Mourão

RELATÓRIO PARCIAL DA PESQUISA

**Mulheres Policiais nas UPPs:
Experiências e Representações**

APOIO

Fundação Ford

2013

Universidade Candido Mendes
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

Barbara Musumeci Mourão

Equipe
Alice Taylor
Fernanda Cunha
Haydée Caruso
Luanne da Cruz Carrion
Marco Aurélio Martins
Marina Motta
Tatiana Moura
Úrsula Dalcolmo
Verônica dos Anjos

Parceiros
Instituto Igarapé
Instituto Promundo
Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança – Universidade de Brasília

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Domingos Sávio

Desenho de capa
Barbara Musumeci Mourão, 2009.

Apoio
Fundação Ford

A autora autoriza a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa reuniu uma equipe que, voluntariamente, participou da formulação dos instrumentos de coleta dos dados e do trabalho de campo. Agradeço a Alice Taylor, Fernanda Cunha, Haydée Caruso, Marco Aurélio Martins, Marina Motta, Tatiana Moura, Úrsula Dalcomo e Verônica dos Anjos, que ajudaram a viabilizar a consecução do projeto. As deficiências do texto, entretanto, são de minha inteira responsabilidade.

Agradeço também o suporte da Fundação Ford e da Universidade Candido Mendes, assim como o apoio direto da equipe do CESeC.

Sou grata, além disso, à Coordenadoria de Polícia Pacificadora e aos policiais e às policiais que se dispuseram a compartilhar suas histórias e suas visões sobre as UPPs.

Eu tive uma criança que chegou para mim e falou: 'olha, tia, quando eu crescer eu vou bem te matar'. Aí eu falei: 'porque é que você vai me matar?' 'Porque você é verme'. Aí eu falei: 'por que é que eu sou verme?' 'Porque você é polícia'. Então eu tive uma paciência com a criança... Eu sentei com a criança e falei assim: 'deixa eu te mostrar uma coisa?' E ele: 'o que?' Aí eu tirei o meu sapato (...) ele já ficou olhando assim, eu tirei e falei: junta o seu pé no meu. Juntei. Aí a criança foi e a gente ficou conversando. (...) Por fim ele me contou que o pai dele estava preso. E aí a criança sabia tudo de arma. É triste quando você chega perto de uma criança e a criança pergunta quantas munições você tem. (...) Ela tá te olhando porque ela (...) quer a sua arma. Quer saber em quantos que você já atirou, se já matou alguém, se você já prendeu, cadê sua algema, se você pode algemá-la,.. Então você tem que falar assim: não, meu amor, eu não vou te algemar.

(entrevistada 1)

INTRODUÇÃO

Este texto representa uma primeira reunião de dados e ideias de uma pesquisa qualitativa, ainda em curso, sobre os efeitos da presença das mulheres policiais nas UPPs, através da qual se procura dar continuidade ao projeto UNIDADES DE POLICIA PACIFICADORA: O QUE PENSAM OS POLICIAIS, realizado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Candido Mendes[1]. A pesquisa original, que buscava conhecer o perfil do contingente policial das UPPs e compreender as percepções dos agentes sobre o trabalho que vinham realizando, foi desenvolvida em 2010 e replicada em 2012. Nesse intervalo de tempo, observou-se um crescimento de mais de 10% na proporção de mulheres integradas ao efetivo[2] e percebeu-se que o tipo de ocupação, assim como as percepções sobre as UPPs, variavam significativamente, segundo o sexo[3]. Constatou-se, então, a necessidade de investigar mais detidamente os significados e efeitos da presença feminina nessas unidades.

A reflexão contida neste texto baseia-se em quatro grupos focais, com cerca de 10 componentes cada (dois com policiais femininas e dois com policiais masculinos – todos praças) e em cinco entrevistas, abertas e semi estruturadas, com mulheres, oficiais e praças, atuantes em quatro diferentes unidades. Apoia-se, além disso, no material das duas pesquisas quantitativas efetuadas pelo CESeC, em 2010 e em 2012, e na literatura sobre as UPPs.

---

[1] Nesta etapa, o projeto teve como parceiros institucionais o Instituto Promundo, o Instituto Igarapé e o Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança, da Universidade de Brasília, além das colaborações individuais de Verônica dos Anjos, Úrsula Dalcomo e Fernanda Cunha.

[2] Em agosto de 2013 havia 737 policiais femininas atuando nas UPPs, segundo a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

[3] As policiais femininas estavam, por exemplo, sobrerepresentadas nas funções administrativas, se diziam mais bem preparadas do que os homens e mais satisfeitas no trabalho. Tinham opinião mais positiva sobre o projeto da UPP e identificavam, em maior proporção do que seus parceiros, a incidência de violência doméstica nas comunidades.

O ponto de partida de onde se puxou o fio condutor para analisar a forma como os entrevistados se situam frente ao projeto das UPPs foram os dados referentes a satisfações e frustrações no trabalho. Esmiuçando esses sentimentos, encontrou-se na ideia de reconhecimento e nas referências ao gênero o itinerário da reflexão que se segue:

Segundo a pesquisa do CESeC, em sua edição de 2012, quase metade dos agentes avaliava que a maioria da população das favelas tinha sentimentos negativos em relação a eles. Certamente, essa resistência que os entrevistados percebiam nos moradores deve-se, entre outras coisas, ao histórico de atuações policiais violentas em favelas, às incertezas quanto à permanência das UPPs nas comunidades, detectada por vários pesquisadores, e o consequente temor de uma retomada de poder do tráfico, além de aspectos da cultura local desses territórios (SOARES, 2012; CANO *et al.*, 2012; RODRIGUES e SIQUEIRA, 2012; BURGOS, 2011). Porém, ela expressa também uma outra dimensão do problema: o fato de uma parcela dos policiais (21%) demonstrar, em níveis distintos, uma rejeição ao projeto da UPP, ou seja, uma falta de identificação com a prática do policiamento de proximidade. Ademais, 60% afirmaram que prefeririam estar fora da UPP. Alguns, por conveniências pessoais, outros, para estar onde pudessem fazer "ocorrências verdadeiras" ou participar de atividades "mais dinâmicas", "mais operacionais" e "mais objetivas", conforme suas próprias palavras. Mesmo que, na prática, grande parte das ocorrências policiais "do asfalto" seja classificada no campo das ações assistenciais, contravenções ou de trânsito, construiu-se, entre esses policiais, um discurso segundo o qual fora da UPP se faria o verdadeiro trabalho de polícia. Em parte, porque se desfrutaria de maior autonomia para exercer o poder discricionário no combate a "meliantes" e "vagabundos". Em parte, porque os policiais acreditam que ali seriam mais respeitados pela população.

Assim, nas favelas, onde hostilidades históricas marcam, até hoje, o relacionamento da polícia com os moradores, enquanto uma parcela dos agentes incorporou o espírito de uma polícia comunitária, apostando na aproximação e na parceria com a população local, outra parcela não se sente identificada com o projeto, por se perceber desempenhando a função depreciada e pouco viril de cuidar e proteger – ser "assistente social" ou "babá de marmanjo" – no lugar de combater.

Esses achados, aliados à presença crescente de mulheres na tropa, sinalizaram a necessidade de compreender melhor o sentido das interações cotidianas nas favelas com UPP para além de sua dimensão formal, regida pela racionalidade político-institucional. Pareceu fundamental, assim, incorporar aspectos intersubjetivos que sedimentam as representações e as práticas policiais. Adicionalmente, explorou-se a hipótese de que as subjetividades sejam atravessadas pelas repartições de gênero, supondo-se que a discussão sobre a presença feminina nas

forças policiais possa ajudar a compreender não apenas a situação das mulheres nas unidades de polícia pacificadora, mas, também, certos aspectos centrais do próprio projeto. Ente eles, a associação do *ethos* militar, guerreiro, forjado, como sugerem alguns autores, na gramática da virilidade violenta (BOURDIEU, 1998; WELZERLANG, 2002; CALAZANS, 2004; MOREIRA, 2011), à dificuldade de conceber o policiamento de proximidade como sendo "verdadeiro trabalho de policia".

Sem dúvida, é importante, pela dimensão de gênero em si mesma, observar a qualidade do processo de incorporação das mulheres nessas unidades: as modalidades, condições e ambiente de trabalho que lhes são oferecidos, a receptividade de seus colegas masculinos e suas oportunidades de desenvolvimento na carreira policial. Porém, em se tratando de policiamento de proximidade, tal como vem sendo anunciado oficialmente o método de trabalho nessas unidades, os efeitos da presença feminina, seja por razões práticas, seja pelo que isso mobiliza no imaginário da polícia e da população, vão além das questões específicas das mulheres, remetendo ao programa como um todo. É o que se pretende com esta investigação, voltada a uma escuta das narrativas dos entrevistados, tanto quanto possível, ancorada em suas próprias referências e interações diárias.

Parte-se do mesmo pressuposto que já alimenta o projeto desenvolvido pelo CESeC desde 2010. Embora sendo iniciativa da Polícia Militar, com apoio dos governos estadual e municipal, as UPPs são vistas aqui como parte de um processo dinâmico e aberto, movido por interesses variados e impulsionado por forças distintas, muitas vezes conflitantes e contraditórias. Seu futuro dependerá, portanto, não só das configurações políticas vindouras e, com isso, dos rumos que prevalecerão no direcionamento do projeto, mas também da maneira como os demais atores (organizações sociais, mídias, população do asfalto e das favelas das diversas áreas da cidade e, particularmente, os moradores das favelas contempladas) se apropriarem dessa experiência.

Não é difícil perceber que qualquer coisa que se afirme sobre as UPPs perderá sua atualidade em pouco tempo, dadas as mudanças permanentes a que o projeto está sujeito. Além disso, como já se tornou consensual entre os pesquisadores, as assertivas devem vir acompanhadas de algumas ressalvas. A primeira delas sobre a importância de considerar o projeto em sua heterogeneidade. As unidades de polícia pacificadora diferem significativamente umas das outras, em função de características e histórias próprias de cada favela, assim como do perfil de seus comandantes. A segunda refere-se à grande diversidade de percepções e formas de interação de moradores e policiais também no interior de uma mesma UPP. Para os primeiros, as percepções podem variar conforme a localidade, a idade e a condição de vida, assim como das experiências vividas e testemunhadas com certos policiais ou guarnições específicas. Da mesma forma, para os policiais, ob-

jeto desta pesquisa, as visões sobre a UPP e sobre a população dependem, muitas vezes, da posição que ocupam e das funções que desempenham, ou seja, de seus pontos de observação. O comentário irônico de uma policial dirigido à colega que participava do mesmo grupo focal é revelador das múltiplas virtualidades da UPP:

> *Você é a gracinha da UPP, todo mundo adora você. Todas as crianças vão atrás de você, porque você anda com lapisinho e bonequinha. Pergunta se alguém já fez isso para mim, eu que ando no beco com o fuzil! (...) Não somos rancorosas, mas vivemos realidades diferentes, pontos de vistas diferentes da comunidade. (...) As mulheres cuspiam no chão e os homens debochavam quando eu passava* (GFM 2)[4]

[4] As siglas GFM e GFH serão utilizadas, ao longo do texto, para designar os grupos focais de mulheres e os grupos focais de homens, respectivamente.

Ser policial: orgulho e preconceito

A despeito da percepção geral de que as UPPs representam uma oportunidade de maior valorização dos policiais e apesar dos efeitos positivos que elas produzem na imagem da Polícia Militar, as pesquisas quantitativas do CESeC, assim como este trabalho de natureza qualitativa, revelam que, para os policiais, o cenário não é tão favorável como se costuma supor.

Segundo a pesquisa do CESeC de 2012, uma parcela importante dos policiais (cerca de um terço) expressava insatisfações com o trabalho que desenvolvia[5]. Em parte, como mencionado acima, as insatisfações se referiam à persistência, no imaginário dos policiais das UPPs, de um modelo repressivo e bélico de policiamento. Tal modelo, entranhado na cultura policial, e ainda posto em prática sobretudo fora das unidades, estaria prevalecendo na ausência de mudanças estruturais na corporação – a despeito das novas concepções que inspiram as UPPs e de alterações recentes no processo de formação dos PMs. (MOURÃO, 2012; MUSUMECI et al. 2013). Algumas falas dos policiais nos grupos focais realizados para a presente pesquisa confirmam, em princípio, essa interpretação:

> *Na (UPP X) era complicadíssimo, mas eles gostavam porque eles podiam trabalhar. Não tinha nenhum tipo de restrição. (...) Hoje em dia, se você falar: Quero fazer... não pode! (...) Fazer o trabalho de policial militar mesmo, não pode! Apesar de ser policiamento de proximidade, mas a gente sabe que tem marginal ali... A gente tem que correr atrás para pegar o marginal.* (GFH 1)

[5] Por exemplo, ao revelar preferência por atuar em outras unidades, o desejo de usar fuzil no interior das favelas, a sensação de não ter recebido uma boa formação para o trabalho, a percepção de que a maioria da população lhes é hostil, ou afirmando, diretamente, um sentimento de insatisfação, na maior parte do tempo.

Porém, essa é apenas uma dimensão das respostas oferecidas pelos entrevistados. Quando escutamos suas afirmações, buscando captar suas necessidades mais básicas, percebemos outros significados, para além de seus muito freqüentes preconceitos sobre a favela ou da dissintonia em relação ao modelo de policiamento comunitário. O desejo de atuar em batalhões tradicionais, manifestado pela maioria dos policiais que se dizem insatisfeitos na UPP, revela também demandas e expectativas de outra ordem – algumas vezes, inclusive, comuns aos agentes mais afinados com a filosofia do projeto. Parte dessas demandas diz respeito a conveniências pessoais, como o desejo de trabalhar mais perto da moradia, de operar em uma escala compatível com outras atividades e de dar vazão a vocações ou a formações específicas. O diálogo transcrito a seguir, extraído de um grupo focal de agentes do sexo masculino, expressa bem essa diversidade de perspectivas:

> *– Eu pretendo sair. Faço história e quero ser professor nos Colégios para filhos de policiais militares.*
> *– Eu pretendo ficar mais próximo da minha residência.*
> *– Para mim também. Moro em São Gonçalo (local fictício). Não é a questão da UPP, mas da distância. Gasta muito. Seria mais vantajoso estar num batalhão próximo de casa.*
> *– O grande problema da UPP é você dar o seu melhor, mas aí (...) muda o comando muda tudo. (...) Depois pergunta por que não dá certo a pacificação. É por causa disso. (...) Quando chega um novo, ele não quer saber, muda tudo. É porque a tropa não está prestando. (...) É como eles estão falando: ficar na UPP é interessante, mas tem que dar ferramenta e deixar você trabalhar. Não é dar a ferramenta e daqui há um mês mudar tudo.*
> *– Se na (UPP X) a pacificação permanecer da forma que está, eu pretendo trabalhar por muitos anos lá. Mas desse modo. Porque eu gosto de trabalhar em projetos sociais.*
> *– Eu só sairia da UPP para ir para uma tropa especializada.* (GFM 1)

Para outros policiais, o que pesa são as duras condições de trabalho nas favelas e a estruturas materiais e imateriais deficientes. *O que me prende na UPP*, afirma um policial do segundo grupo focal masculino, *é que, pela primeira vez, eu estou fazendo o que eu gosto de coração. Mas o meu lado financeiro está sendo prejudicado. Por isso, eu estou sentindo...* (GFH 2)

> *Eu ando sozinha (...) para fazer tudo,* revela uma policial em outro encontro, *se não tiver ninguém comigo eu vou fazer, porque infelizmente eu não tenho uma viatura disponível para mim, eu não tenho outro policial para andar comigo, porque o certo seria andar em dupla. Eu faço tudo sozinha.* (GFM 2)

Há vários outros problemas, além do financeiro e de gestão de pessoal, que podem motivar insatisfações, alguns dos quais particularmente difíceis para as mulheres:

> *Para ir no banheiro, tem que caminhar bastante até a base, que é onde tem banheiro... nem sempre eu posso fazer isso, porque é inviável! É inviável. Tem que comunicar à supervisão... então, o que a gente faz? (...) eu sei que todas as meninas fazem a mesma coisa: você fica segurando o tempo inteiro a urina (...) evita beber água (....) Os homens também têm vontade, mas só que eles podem conseguir um lugar.* (GFM 2)

Ao lado disso, combinadas ou não à adesão do policial a um modelo bélico de policiamento,[6] revelam-se necessidades existenciais mais profundas e universais, como aspirações por segurança, satisfação e sentido. Essas necessidades transparecem em vários depoimentos, quando são tematizados, por exemplo, os riscos e o medo do imprevisto, o tédio resultante do trabalho repetitivo e pouco diversificado, o sentimento de impotência frente a dificuldades estruturais do trabalho e da vida dos moradores e, junto com isso, a demanda por reconhecimento. São sentimentos que independem, até certo ponto, das afinidades ideológicas, da formação profissional e, no limite, da própria estrutura do programa.

O medo e outras histórias

A defasagem entre o que se imagina sobre a UPP e o que os policiais experimentam diariamente não se limita apenas ao tema da valorização, tal como visto acima. Se a imagem das favelas pacificadas disseminou, em vários segmentos sociais, um sentimento de segurança e tranquilidade, a experiência de quem está nesses territórios, a serviço, pode ser vivida de forma oposta. Os relatos a seguir mostram como podem ser díspares as percepções:

> *Minha mãe ficou desesperada, meu irmão começou a chorar. Foi um desespero total. O primeiro dia de serviço na UPP... misericórdia! Acho que tanto para mulher quanto para homem. Eu vejo lá na minha UPP homem pedindo baixa!(...) Eu já vi homem doido, homem pedindo baixa, homem que não encara.* (GFM 1)

[6] Entre 3% e 12% dos policiais entrevistados na pesquisa do Cesec – dependendo das variáveis consideradas na composição do indicador – expressaram uma clara repulsa à UPP (Mourão, 2012)

> *No primeiro serviço,* relata outra policial, *eu que nunca havia entrado numa favela, estava tendo que entrar para patrulhar, patrulhar beco, percorrer a favela toda, sem saber o que estava à minha espera lá dentro. É pânico mesmo. Passei 10 meses lá, nesses 10 meses todo dia tinha tiro, todo dia tinha uma confusão. Foram 10 meses de pânico. Ao trabalhar numa UPP,* esclarece mais uma participante do mesmo grupo focal, *você pode ter uma arma apontada na sua cabeça a qualquer momento. Por isso,* conclui outra colega, *você tem que ir com a cara e com a coragem, você precisa estar querendo aquilo ali, porque senão você desiste.* (GFM 2)

Evidentemente, esse não é um sentimento generalizado e, como grande parte das percepções, pode variar conforme o ponto de observação, como já alertara a policial que se percebia hostilizada pela população. Tudo pode mudar quando se é oficial, ou mesmo praça trabalhando em comunidades menos conflagradas, em serviços administrativos ou na função de relações públicas.

> *Eu até brinco com o meu marido,* conta uma das entrevistadas oficiais, *se eu fosse sozinha, eu morava na UPP. À noite eu via minha televisão e depois eu saia para patrulhar... Porque é uma vontade. Você se vê com essa responsabilidade de cuidar, entendeu? Então... essa vontade de ficar lá é muito grande.* (entrevistada 4)

Em outros relatos, esse vínculo chega a ser traduzido por um comprometimento amoroso que, invertendo a lógica do risco e da hostilidade, gera satisfação e segurança:

> *Eu me sinto totalmente segura. Eu me sinto segura aqui dentro, eu moro super próximo daqui (...) todo mundo sabe. Eu faço compras no supermercado onde todo mundo daqui vai fazer, então... eu gosto daqui. A (comunidade X) é um caso de amor. Eu amo, eu gosto do que eu trabalho, que é essa parte de levantar demanda. As vezes fica assim... ah, prendeu um traficante... e o comércio fecha. Como a gente teve há um tempo. O comércio fechou e começaram a falar que ia ter um ataque. (...) Eu não me senti ameaçada. Eu falei: gente! Acontecer, pode acontecer num dia tranquilo, pode acontecer qualquer coisa. Se você começar a pensar assim, é pior. Quando eu vim para a polícia, pelo contrário, eu comecei a me sentir mais segura. Eu não ando armada, mas eu comecei a me sentir mais segura porque você começa a observar mais as coisas.* (entrevistada 1)

Incumbida da aproximação com os moradores da comunidade onde atua, uma soldado[7] esbanja entusiasmo, quando fala de seu trabalho, dinâmico e extenuante:

> *Estou satisfeita, feliz. Tem épocas que eu digo assim: estou exausta. Tem épocas que eu estou muito, mas muito cansada. Mas eu tenho muito orgulho. De verdade, de coração. Eu tenho muito orgulho do que eu faço (...) dentro da área de UPP. Dentro da articulação com os outros órgãos. Eu digo isso, porque eu levanto uma bandeira em relação a isso, que eu gosto muito do que eu faço.* (entrevistada 2)

Por sua vez, outro soldado, igualmente extenuado, mas atuando em ponto fixo, apresenta uma visão bem menos alentadora da sua missão:

> *Eu trabalho na visibilidade. Fico ali parado, não pode sair para nada. Para nada! 12 horas você em pé. Só faltava* (o comando) *marcar um quadrado. 'Não sai daqui!'. Sem encostar, sem nada. 12 horas. Noite e dia.* (GFH 1)

Além do tédio e do cansaço, ele revela uma angústia por não ver significado em tarefas que consomem todas as horas do seu dia.

Esses são apenas alguns exemplos de como as falas registradas nas entrevistas e grupos focais, sejam de homens, sejam de mulheres, podem ser diferenciadas e até antagônicas. Contrariamente ao tom crítico e desgostoso de muitos, vários outros depoimentos descrevem o acolhimento de moradores, a boa aceitação dos colegas e superiores, a valorização do policiamento de proximidade, satisfação com condições de trabalho, o reconhecimento de mudanças de paradigma na policia etc. Logo, não se está pretendendo, aqui, apontar prevalências ou tendências – esforço que remeteria ao campo da pesquisa quantitativa. O objetivo é compreender certas gramáticas que atravessam, recorrentemente, o repertório de policiais de ambos os sexos e que podem funcionar, ainda que de forma não linear, como estruturas organizadoras do pensamento e da ação. Não só no sentido apontado por Bourdieu, com seu conceito de *habitus*[8], mas também na

---

[7] Na Policia Militar, não se usam, na prática, as flexões de gênero para as patentes.

[8] Em sua obra Esboço de uma teoria da prática e nos trabalhos subsequentes, Bourdieu sistematiza o conceito de Habitus como "sistema de disposições duráveis", "esquemas práticos de percepção e ação", "estrutura social tornada estrutura mental", embora de forma não estática ou eterna, nem necessariamente unificada ou coerente.(WACQUANT, 2007). Referindo-se à dominação masculina, Bourdieu aciona o conceito de habitus nos seguintes termos: Esses esquemas de pensamento, de aplicação universal, registrados como diferença de natureza, inscritos na objetividade. Diferenças e traços distintivos (em matéria corporal, por exemplo) que eles contribuem para fazer existir, ao

perspectiva de significações mais instáveis, engendradas nos liames das relações interpessoais.

Para prosseguir na argumentação deste texto, retomemos, pois, os sentimentos ou necessidades frustradas que podem estar na base das insatisfações expressas nesta e em pesquisas anteriores. Além do medo e do tédio, contribuem também, para isso, a sensação de angústia e impotência. Se muitos policiais se defendem da impossibilidade de solucionar os problemas sociais que testemunham no seu ambiente de trabalho, rejeitando e desqualificando os moradores como ignorantes, indolentes ou criminosos potenciais, outros se deixam penetrar pela angústia que esses problemas provocam:

> *Na segunda de manhã, na escola, você percebe claramente que a criança passou o final de semana todo sem tomar banho, sem pentear o cabelo, com o uniforme sujo. Isso deixa chocada,* comenta uma das policiais, seguida por outra que completa: *Perguntamos o que acontece com a bolsa família. Arrumamos assistente social, lugar para morar, mas elas (as mães) não querem ajuda. Moram em meio da dengue, sem higiene nenhuma. Fora casos em que a própria filha engravida do pai. Umas coisas absurdas (...) Você entra na casa dessas pessoas e sai com uma vontade de chorar tão grande!* (GFM 2)

Entre as diferentes necessidades expressas pelos policiais, masculinos e femininos, entretanto, a que talvez ajude a refletir melhor sobre a qualidade das relações interpessoais nas UPPs é o desejo de reconhecimento. É em torno dessa aspiração, perceptível nas falas dos entrevistados, mas também presente em depoimentos recolhidos de moradores em outras pesquisas, que se concentrará, doravante, este texto.

Respeito e reconhecimento

Embora pouco desenvolvido, o tema do reconhecimento, associado à noção de respeito, tem sido tangenciado recentemente nos estudos sobre as UPPs, quando se trata da relação entre policiais e moradores (CANO *et al.*, *2012*; BURGOS; RODRIGUES e SIQUEIRA, 2011). Rodrigues e Siqueira destacam, por exemplo, a

---

mesmo tempo em que os 'naturalizam', inscrevendo-os em um sistema de diferenças, igualmente naturais em aparência; de forma que as antecipações que eles engendram são incessantemente confirmadas pelo curso do mundo, por todos os ciclos biológicos e cósmicos (BOURDIEU, 1998 – tradução livre)

importância do reconhecimento da autoridade policial, por parte dos moradores, pela via do respeito (e não da força) para que se confira significado ao trabalho da polícia nas UPPs e, consequentemente, para que os agentes se sintam valorizados (RODRIGUES e SIQUEIRA, 2012). Com isso, vislumbram a relevância da dimensão intersubjetiva, na aspiração pelo reconhecimento da condição de polícia (sua autoridade e legitimidade), ou de cidadão.

A análise que se segue transita em torno de dois objetivos articulados: o primeiro é explorar as implicações da demanda por reconhecimento, tomando por base a noção de que as autoimagens, ou identidades policiais, também se constituem intersubjetivamente, dentro e fora da corporação; a segunda, já mencionada, é avaliar se o jogo de espelhos a que essa demanda por reconhecimento dá lugar encontra nas clivagens de gênero uma tela de leitura da relação dos agentes com o projeto das UPPs.

Nas UPPs, policiais e moradores acusam-se, mutuamente, de falta de respeito, cada um atribuindo ao outro a iniciativa por agressões e abusos que lhes ferem a dignidade. Cano *et al.* (2012) mostram como a noção de "respeito", contraposta à ideia de "abuso", permeia, por razões diversas, os discursos de moradores e de policiais, na frágil construção de um relacionamento em permanente tensão. Obviamente, as reações hostis dos atuais habitantes não é equiparável à violência policial crônica que deixou cicatrizes na memória coletiva. Mesmo assim, reavivada por abusos de alguns dos novos agentes, essa memória ainda atua na forma de reações variadas, gerando um sentimento, em parte da tropa, de que a hostilidade dos moradores é uma realidade cotidiana[9]:

Os moradores cospem no chão como se tivessem nojo relata uma policial em um dos grupos focais. *Até porque não somos policias, somos os UPP. Não têm respeito nenhum* (GFM 2), acrescenta outra participante. *O respeito por essa farda aqui (UPP) é zero em comparação ao do Batalhão,* confirma uma terceira colega. (GFM 1) Sentimento igualmente expresso pelos homens, como resume o relato de outro policial: *Eles tem uma mania (desculpe, vou falar), mania de falar: 'UPP é o caralho'. Ela passa* (e diz) *'UPP é o caralho' e cospe no chão.* (GFH 1).

Em certas ocasiões, a hostilidade adquire contornos ainda mais dramáticos:

> *Eu tomei ovada,* conta uma agente que atuava no serviço operacional. *Como eu apreendi um rapaz lá (...) então eles me odiavam, lá, me odiavam! Então eu tomei ovada (...) eles tinham o hábito de ir com o prato para a janela e raspar o prato...* (GFM 2)

[9] Segundo a pesquisa do CESeC, 46,1% do efetivo considera que a maioria da população nutre sentimentos negativos em relação à presença policial. (MOURÃO, 2012)

Situação semelhante à descritas por outra participante do mesmo grupo focal:

> *Estávamos eu e meus amigos de guarnição parados e tinha uma casa, de frente para a gente. As pessoas... eu não sei se eles faziam na hora ou se já tinham reservado: cocô, né? Dentro do saquinho plástico. Eles tacavam fezes em cima da gente...* (GFM 2)

Nem a policial que se sente querida pela maioria da comunidade escapou da ofensiva de uma moradora:

> *Eu pedi água e a moça me deu um cloro geladinho. Quase que me enganou. Você vê que (...) ela não quer ali a presença da polícia (...) todo mundo perguntou: porque você não levou ela presa? Eu disse: não, porque se ela fez isso comigo, de fato ela não queria a minha presença. Se eu pego e jogo o copo na cara dela, se eu taco o copo dela longe, o que ela vai fazer? Ela vai ficar com mais raiva ainda da policia.* (entrevistada 1)

Em suma, como mostram os estudos mencionados anteriormente, entre os moradores há muitos que ainda se dizem alvo de atitudes arbitrárias e desrespeitosas por parte da policia, apesar de uma grande parcela aprovar a UPP (FGV, 2009; IBPS, 2010). Com isso, revelam que não se sentem reconhecidos como cidadãos nas suas interações com os agentes. Já estes últimos, como se viu, traduzem o que consideram falta de respeito dos moradores como sinal de que a população os identifica à polícia violenta de outrora ou sequer os reconhece como policiais.

Porém, o desrespeito não é a única manifestação, embora seja a mais contundente, do não reconhecimento da autoridade legal dos agentes.

> *Até os próprios moradores diferenciam a gente,* lamenta-se uma policial. *Dentro da comunidade a gente é UPP, diferente do policial militar. Eles falam: 'Ó, vou chamar os UPPs'. Também a farda é diferente. A farda do batalhão é que causa uma ostensividade maior.* (GFM 1)

E não é só a população que não reconhece....

Esse déficit de reconhecimento, segundo os entrevistados, se expressa da mesma forma para além das fronteiras das favelas, dentro e fora da corporação. Ora são os próprios entrevistados que não se veem no lugar de polícia, ora são seus su-

periores e o restante da sociedade que não os percebe como tal. Nas palavras de um dos policiais:

> *Esses problemas (...) é o que deixa a tropa, de modo geral, insatisfeita e talvez prestando um serviço inferior ao que poderia ser prestado. Falta de reconhecimento, por parte da sociedade, do jornal, dos comandantes.* (GFM 2)

Além de se verem diminuídos no olhar da população das favelas, dos superiores e da mídia, os "UPPs" precisam lidar ainda com o descrédito dos colegas que atuam nos batalhões. As rivalidades que, de forma jocosa ou desrespeitosa, remetem a privilégios de que supostamente os policiais das UPPs desfrutariam se expressam, frequentemente, na linguagem da desqualificação[10].

> *A gratificação da UPP é um pouco maior do que dos batalhões,* explica um policial durante a reunião do grupo focal, *nossa escala era um pouco melhor. Então ficava a disputa: eles diziam que nós não fazíamos nada e eles que faziam tudo e nós ganhávamos mais do que eles.* (GFH 2)

Essa disputa entre homens em posição hierárquica equivalente envolve, previsivelmente, elementos associados à virilidade, que se manifestam na valorização do risco e no manejo da arma.

> *O policial do batalhão fala: Você não trabalha armado, trabalha com uma caneta.* (e apontando para o fuzil, pergunta) *' Sabe usar isso aí?' É brincadeira, mas...*[11]. Segundo outro participante,
> *eles discriminam tanto a gente, dizendo que não somos policiais e eles que são. Só que muitos policiais ali da UPP já vivenciaram coisas muito maiores, mais perigosas do que eles.* (GFM 1)

Mesmo no interior da UPP, como ademais nos próprios batalhões, circula também a ideia de que alguns são mais policiais do que outros. Essa noção, que

---

[10] Nos grupos focais da pesquisa realizada pelo CESeC em 2010, policiais das UPPs relataram reações de franca hostilidade por parte dos colegas dos batalhões, onde, naquele momento, eram obrigados a passar diariamente para retirar suas armas e munição.

[11] Segundo a pesquisa do CESeC, em 2010 e em 2011, mais de 90% dos entrevistados consideravam necessário o uso do fuzil no interior das comunidades. A princípio essa resposta, manifestada em um período ainda pouco marcado pela presença dos conflitos armados, pareceu simplesmente revelar a aderência dos entrevistados ao modelo bélico de policiamento. Porém, os novos depoimentos sugerem que a avaliação, que se tornou consensual, sobre a arma como fetiche da virilidade, entre jovens envolvidos com o tráfico, pode perfeitamente aplicar-se também aos policiais.

produz ao mesmo tempo exclusões e pertencimentos imaginários, acopla-se à divisão entre os que estão na tropa e os que trabalham na administração. Em última instância, entre os que buscam a aproximação, com "ações sociais", e os que atuam em "situações reais".

> *As pessoas da tropa, elas olham para a gente como se a gente não fosse policial. Não só os policiais masculinos, os policiais em geral. Existe uma divisão entre o policial da tropa e o policial da administração. Eles acham, realmente, que o nosso serviço é menos importante. É de menos valor do que o deles.* (entrevistada 3)

> *Hoje,* resume outra entrevistada, *a maioria das mulheres, antes até de assumir qualquer função administrativa, já passou pela rua. (...) Então é aí que a gente vai ganhando o respeito diante deles. E aí, são coisas pequenas. Exemplo: estamos fazendo algum tipo de ação social, alguma coisa assim. Mas se você tem que parar aquele momento, deixar a ação social acontecer aqui e tomar uma atitude de policial militar, isso vai ser feito. Ponto! Então isso eles enxergam de uma outra maneira.* (entrevistada 2)

"Lixando unha na viatura"

Nessa sequência de sucessivas invalidações da condição policial, não surpreende o fato de o universo feminino concentrar a maior carga de projeções negativas. No interior da corporação, as mulheres parecem representar a alteridade máxima em relação à identidade policial, como se verá adiante, e sua presença tende a produzir sinalizações contraditórias, tanto pondo em xeque quanto contribuindo para reafirmar a postura adversarial e o valor simbólico do risco e do sacrifício físico no trabalho de polícia.

Considerando que identidades, individuais ou corporativas, se configuram, mesmo que transitoriamente, em contextos intersubjetivos, essas projeções têm um grande peso. Não só na identificação das mulheres a diferentes estereótipos de polícia feminina (masculinizadas,'barbies', "uppetes" etc), mas também na construção do imaginário masculino sobre o próprio trabalho. Para prosseguir nessa pista, vale iniciar o trajeto pelas reações da própria população, quando as mulheres agem "como polícia":

> *As pessoas resistem um pouco à imagem da mulher. Exemplo: um homem acatar uma ordem de uma mulher é uma situação muito delicada. Então, você tem que ser mais enfática, mais enérgica, pra que entenda que é*

> *uma ordem de uma autoridade policial militar (...) Eles têm a tendência a questionar a ordem da menina. (...) Mas por mais que você fale: 'vamo lá! Mão na parede!' Acabou! Ele vai te questionar: 'mas por que? Eu não tô fazendo nada!'. Como se, na verdade, a ordem da mulher não tivesse o mesmo peso de uma ordem de um policial masculino.* (entrevistada 2)

No grupo focal, um dos participantes comenta a reação de um jovem na iminência de ser revistado por uma policial feminina.

> *Ele simplesmente tirou a camisa, abaixou a calça. Estava sem cueca. Na frente da FEM. Levamos pro Capitão e o Capitão: 'prende!' Eles não fariam isso com o policial masculino. Queriam agredir, afrontar.* (GFM 1)

Além de parte da população não reconhecer a autoridade feminina, não são raros os relatos das policiais sobre o olhar reprovador dos próprios colegas. Elas se percebem, frequentemente, na condição de suspeitas de se utilizarem dos atributos femininos, seja para conseguir benefícios junto aos superiores, seja para se eximir do cumprimento do dever. Em qualquer das hipóteses, acabam identificadas a um lugar de "não policial". Ainda que vários agentes afirmem a condição de igualdade das mulheres e valorizem a presença feminina na tropa, há referências abundantes, nos discursos masculinos, emitidos nos grupos focais, aos estratagemas utilizados pelas mulheres, identificadas por eles como as "FEM", para escapar de suas funções de polícia.

> *Têm mulheres que exercem a função melhor do que o homem, mas a grande maioria fica se esquivando, se escondendo, e usa de certos artifícios que complica.* (GFH 2)

No mesmo grupo, seu colega acrescenta:

> *O que a gente questiona aqui é que 90% das mulheres que entram na Polícia Militar entram com a finalidade de (...) estufar os peitinhos, balançar a bundinha. A policial FEM tem que ser preparada para trabalhar, porque ela não vai estar ali sozinha, não pode entrar na viatura e ficar pintando a unha, passando batonzinho, o colega está do lado dela, dependendo dela para sobreviver.* (GFH 2)

E as mulheres conhecem bem a matriz das reações masculinas:

> *Eles olham para 'FEM' e acham que ela vai sair com qualquer um, vai dar mole para o oficial.*

> *Já me perguntaram se eu fiz o teste do sofá.*
>
> *Ouvi todos tipos de comentários machistas que eles fizeram: Mulher serve pra trabalhar na administração, Mulher serve para quê? Para dar para o Coronel, pra dar pro capitão. Só isso...*
>
> *Eles falam que só existem dois tipos de mulheres: piranha ou sapatão. Isso é coisa da imaginação deles. Isso não existe. Eu tenho filho, ela tem um filho, é casada, se relaciona com heterossexuais. Mas se a FEM é muito empenhada eles começam a dizer que é sapatão. (...) Se é da administração ela é piranha. Agora eles colocaram um apelido ridículo:'transante'. É a FEM que está transando com alguém.* (GFM 2)

Eu acho bom ter sempre uma FEM para poder revistar, para não ter constrangimento (...), avalia um policial do primeiro encontro masculino. *Dependendo da FEM também...* relativiza, em seguida. Com isso, reproduz uma ressalva, comum na fala de vários colegas, reveladora de uma imagem da mulher como potencialmente inepta e indolente:

> *Tem que ser uma que queira trabalhar. Tem que estar disposta. Quando está fardado não tem esse negócio de homem/mulher não. É policial militar!* (GFH 1)

Porém, não são somente os homens que denunciam as mulheres como relapsas:

> *Tem realmente muita mulher que gosta de escamar né?* comenta uma "FEM". *Eles usam essa linguagem aqui. Escamar:* (quem) *gosta de não fazer nada, gosta de fugir. (...) Mas eu gosto do serviço policial, então em momento nenhum eu escamo, mesmo sabendo que lá eu vou ter um serviço muito mais pesado do que aqui, eu não escamo não.* (entrevistada 5)

Por outro lado, não são somente as mulheres que tentam escapar do serviço.

> *Tem muito homem que também escama,* prossegue a entrevistada, *que não gosta de trabalhar, sempre pega uma papeleta médica e a gente sabe que não está doente.* (entrevistada 5)

Contudo, são as "FEM" que encarnam a imagem do comportamento antipolicial, como ela mesma arremata: *acho que é mais comum entre as mulheres. (...) Desde o curso a gente já percebe essa diferença.* (entrevistada 5)

Às suspeitas de que as mulheres se beneficiam de sua condição para usufruir de privilégios e escapar às responsabilidades se soma a ideia de que suas limitações naturais impõem uma barreira ao pleno exercício da atividade policial. É o que fica claro no diálogo entre três policiais do primeiro grupo focal:

> *– Para pular um muro a mulher teria mais dificuldade e na comunidade tem muito disso, você ter que pular um muro.*
> *– O biotipo da mulher não faz com que ela tenha toda essa explosão que o homem tem.*
> *– E tem uma região mais sensível* (mostra o peito), *nessa região ela é mais sensível. Para pular o muro tem que encostar... a gente carrega muito equipamento pesado, isso deve trazer dificuldades.* (GFH 1)

Elas, por sua vez, reconhecem as diferenças:

> *Eu acho que nunca vai ocorrer isso aqui, mas (...) se tiver uma troca de tiro eu não vou conseguir carregar o meu companheiro que tá aqui, ele é alto pra caramba, forte. (...) Eu até banco com o 762, mas fico imaginando se tiver que subir uma escadaria enorme. E nunca fiz isso, subir uma escadaria enorme, ter que trocar tiro com alguém. Eu acho que também teria dificuldade nisso, com esse tipo de fuzil. Com o 556 não. Mas o 762 ele é bem pesado.* (entrevistada 5) *"Biologicamente,* afirma outra policial, *a mulher acaba sendo mais fraca (...) do que o homem. Então é mais nesse sentido, mas... no trabalho não. Elas trabalham as 12 horas igual aos homens, usam colete, fuzil, igualzinho aos homens.* (entrevistada 4)

Não surpreende, portanto, que as agentes se sintam permanentemente vigiadas e colocadas à prova por seus colegas.

> *Eles vinculam certos tipos de instrumentos, atitudes, ao ser realmente policial militar (...). Se você sai, de repente, para comer alguma coisa (...) e você torce a cara para alguma coisa, você não é polícia. Entendeu? Você tem que ser rústico, a gente fala isso. Tem que ter rusticidade (...) Mas algumas policiais femininas ainda não perceberam isso. Que eles estão testando a gente o tempo inteiro. É o tempo inteiro (...). A primeira coisa que eles fazem é notar a nossa atitude (...) é observar como que a gente vai agir diante de uma situação real. Independente de ser um confronto. Uma simples abordagem... eles observam. Observam e falam.* (entrevistada 2)

Os relatos indicam que a competência feminina é questionada de diversas maneiras. Uma delas é atribuindo a mulheres tarefas tradicionalmente masculinas:

> *Olha só o que* (os oficiais) *fizeram:* (...) *convenci eles a deixarem as duas FEMs pra trabalhar* (juntas na viatura). *Aí tinha um pneu pra trocar e o cara da garagem falou: vou trocar o pneu para vocês, porque está furado. Aí o oficial, de propósito, virou e falou assim: 'não! Já que elas querem trabalhar juntas, elas que se virem e consertem o pneu da viatura (...) Toda vez que eles sabiam que a gente ia estar, num determinado horário, na frente da câmera* (em áreas vigiadas, na circunscrição do batalhão) *eles ficavam lá para nos observar (...) É uma forma de testar: 'vamos ver se ela tem mesmo condições de estar dirigindo uma viatura, de estarem só as três mulheres..'* (GFM 2)

Outra maneira de por em dúvida as aptidões das mulheres é, ao contrário, poupá-las do trabalho pesado:

> *Éramos três,* descreve uma das policiais ouvidas pela pesquisa, *...e eles revezavam* (o fuzil) *entre eles. 'Gente, pode me dar o fuzil, eu sei o que fazer'. E aí (...) na hora de entrar na viatura, com muito custo eles me deram o fuzil. 'Podem me dar o fuzil, eu sei o que estou fazendo, eu sei fazer. O mesmo curso que vocês fizeram eu fiz também'. Então eles entregaram o fuzil. Na hora de entrar na viatura, eu botei o fuzil pro lado de fora, puxei a porta... 'nooosa! Ela sabe entrar na viatura com fuzil, hein?'* (entrevistada 2)

A necessidade de demonstrar capacidade para ser polícia exige, muitas vezes, verdadeiras demonstrações de estoicismo, chegando, em alguns casos, ao limite da violência auto-infligida, como se para impor respeito as mulheres precisassem desrespeitar seus próprios limites. Além da revelação de uma das entrevistadas sobre o fato de ter ficado 12 horas sem trocar o absorvente íntimo, os depoimentos que se seguem mostram essa tensão, gerada pela freqüente necessidade de contradizer o imaginário masculino sobre as mulheres.

> *Eles não têm dor de barriga? Por que a gente não pode sentir cólica? Então: 'ah, eu não vou falar que estou com cólica porque eles vão ficar irritados'. Preciso ir ao banheiro? Preciso ir ao banheiro! Você não tem que se automutilar, se flagelar pra poder justificar que 'eu sou policial'. (...) A que trabalha interno ela se respeita um pouco mais, mas a que*

> *trabalha na rua, acho que por conviver com muitos homens juntos, elas confundem a situação de ser policial militar com deixar de ser mulher.* (entrevistada 2)

> *A mulher tem que ser o dobro de profissional. Ela sabe que todo mundo pode ficar sentado, pode ficar com sede, mas se ela falar que ela tá com sede... 'Ah! Ela é FEM'. Se ela fala: 'eu preciso ir no banheiro'. Falam: 'ah. Ela tem que ir no banheiro porque tem que trocar o modess'.* (entrevistada 1)

> (Lá, eu) *queria bancar fuzil 12 horas, ficar em pé 12 horas, segurar o xixi 12 horas, só para impor respeito, mas eu não colocava na minha cabeça que eu era mulher. E hoje eu acho que eu sou mulher.* (GFM 2)

> *Eu só sei que se me fizer sofrer, se me sugar, eu vou ficar até a morte. Eu só desisto se eu cair, e se eu cair ele vai cair junto comigo. Se ele ficar me sugando ele vai ser sugado. Se ele me fizer andar, também. Se ele me fizer rastejar ele vai ter que rastejar do meu lado. Então eu vou bancar.* (GFM 2)

O próprio termo "FEM", utilizado não apenas para designar uma agente feminina, mas também como chamamento, em substituição ao nome próprio e como categoria depreciativa, representa simultaneamente o feminino, o que não é homem, o incompleto, o não policial:

> *Se eu chamo o meu colega pelo nome, porque é que ele não pode me chamar pelo nome? Então eu já não gosto dessa expressão FEM. E é extremamente utilizada! O pessoal chega e fala: ô FEM, vem aqui! (...) Há esse pensamento, nos homens, de que a mulher, a FEM, ela.... gosta de dormir, a FEM não vai para a rua, a FEM é fraca, a FEM não vai para o combate.* (entrevistada 1)

> *Tem o policial e tem a FEM. Então a FEM é como se não estivesse associada ao policial. E eles têm o hábito de dizer assim: vamos supor: alguém está gripado e por acaso não veio trabalhar, pegou dispensa, qualquer coisa... 'Ah! O FEM'...* (ele) *'tá se comportando que nem uma FEM'. Então, é assim: (...) o masculino fala: 'me machuquei': ' Ah! Lá vai, o FEM!' Se o policial é homossexual: 'é o FEM'. Então assim: o FEM é como se não fosse policial. É algo que não está pronto, digamos assim.* (entrevistada 2)

Ao mesmo tempo em que, para alguns, a mulher está quase naturalmente vinculada à UPP – *a FEM é a cara da UPP,* diz um integrante do grupo de homens – os depoimentos sugerem que, no caso delas, tornar-se policial, mais até do que para os homens, é um processo inacabado, que as obriga a provações permanentes, na busca pelo reconhecimento de seus pares. Ocorre que, como lembra Souza,

> *As mulheres são percebidas internamente na instituição como uma 'ameaça' à identidade policial, consideradas frágeis fisicamente e, ao mesmo tempo, tecnicamente despreparadas para o exercício da atividade policial, que continua no imaginário social alicerçada em valores masculinos, como exposição ao risco e uso da força física.* (SOUZA, 2011)

O feminino paradoxal

As imagens do feminino se opõem, assim, ao *ethos* guerreiro, associado ao sacrifício, à dor física, ao risco, à bravura e, no limite, à violência. Elementos que ancoram e confirmam a virilidade implícita na condição policial, em parte reiterada pela cultura institucional, transmitida e repisada durante a formação. Calazans, referindo-se à resistência das polícias brasileiras em perder seus vínculos profundos com o militarismo, descreve, por exemplo, como nas Jornadas de Instrução Militar (JIM), da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, *a transmissão de códigos culturais dá-se sob a dor física e seus conteúdos deixam as marcas de uma identidade policial, a qual se constitui a partir de uma 'memória-corpo'.* (CALAZANS 2004) Caruso, referindo-se à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, endossa essa percepção, mostrando como *a recorrência a testes físicos e exercícios de 'resistência' marca (....) a mensagem de que para ser policial militar é preciso passar por provações, caracterizadas pelo sofrimento e dor...* (CARUSO, 2006). O militarismo expressa-se, portanto, como espaço eminentemente masculino, vinculado à virilidade como capacidade para a guerra e para a violência (MOREIRA, 2011).

Para as mulheres, entretanto, ter atravessado as mesmas etapas probatórias que os homens não solidifica seu lugar no meio policial. Sua condição feminina, pelo que contém de falta ou excesso, permanece carregada de ambiguidade, funcionando, ao mesmo tempo, como ameaça a ser expurgada e como elemento que confirma o pertencimento dos homens ao mundo viril.

Seguindo ainda essa pista, vale lembrar as interpretações de Bourdieu (1998) e Welzer-Lang (1994; 2004) sobre a constituição do masculino como processo relacional (dependente, portanto, da confirmação dos pares) inscrito na gramática da virilidade violenta, cujos exemplos mais típicos se encontrariam nos bandos de jo-

vens ditos delinquentes e nas forças policiais. Para esses autores, a masculinidade estaria permanentemente ameaçada de se deteriorar, já que se teria estruturado na negação constante do feminino e no exorcismo de tudo o que fosse visto como não masculino. Aos homens, acrescenta Élizabeth Badinter (2003), cabe responder eternamente ao imperativo social: 'Mostre que é um homem de verdade!' 'Aja como homem!' 'Prove que é homem!' Como se não houvesse comprovações definitivas da consolidação do masculino e, ao contrário do que ocorre com as mulheres, cuja condição é vista como dada e natural, fosse necessário um esforço contínuo de reconhecimento e chancela.

Tornar-se homem significaria, desse modo, incorporar-se a um sistema hierárquico pelo qual o 'outro' (mulheres, crianças, homossexuais e demais figuras que remetem à fragilidade) não é apenas diferente, mas encontra-se em um patamar subalterno, na escala de valores, traduzindo a encarnação do não masculino. Por isso, esse outro põe em cheque a frágil construção de uma masculinidade que requer o expurgo permanente da ameaça implícita de emergência do feminino. Como sugere ainda Badinter (2003), ser homem representa um trabalho e um esforço do qual as mulheres parecem liberadas, mas também uma contradição – que Welzer-Lang chama da 'virilidade paradoxal', dada essa exigência de exibição constante do gênero, que tem como contrapartida a impossibilidade de provas categóricas.

Em ambientes marcados pela masculinidade, a violência, sob a forma ritualizada de agressões, xingamentos e depreciações, se torna então o dispositivo de autoproteção contra o risco de se ver na posição do conjurado, do Outro, do não masculino. Basta observar os diálogos e o gestual de um grupo de garotos num espaço público, onde a sociabilidade é teatralizada e amplificada: com tapas, cascudos e "insultos" jocosos sobre a virilidade alheia, cada um se esforça no sentido de repelir e lançar sobre o outro os indicadores de exclusão que possam ameaçar a legitimidade do seu pertencimento ao mundo dos homens. Welzer-Lang nota que

> *Cada homem sabe o risco de não se adequar às imagens da virilidade. Ser considerado como não-viril, ser assimilado aos fracos, comporta o risco de ser tratado como uma mulher. Conhecemos, agora, o número de homens vítimas de abuso por outros homens, de homens brutalizados nos pátios das escolas e na saída dos estabelecimentos. Não querer ser um homem ou não ser capaz, tem um preço: a agressão e a violência* (WELZER-LANG, 2000)

A lógica do atacar para não ser atacado opera, portanto, como defesa contra o temor quase ontológico da perda lugar entre os pares, lembra Bourdieu:

> *Certas formas de 'coragem', aquelas que exigem ou reconhecem os exércitos ou as polícias (e muito especialmente as 'tropas de elite') e os bandos de delinquentes (...) encontram seu princípio, paradoxalmente, no medo de perder a estima ou a admiração do grupo, de 'perder a face' diante dos 'camaradas' e de se ver remetidos às categorias tipicamente femininas de 'fracos'', de 'fracotes', de 'efeminados',de 'veados', etc.* (BOURDIEU, 1998)

Em seu estudo sobre jovens envolvidos em situações de delinquência ou socializados na subcultura das gangues e dos bandos de periferia, na França, Thomas Sauvadet (2006) mostra como na cultura da rua, onde os grupos se reúnem e passam a maior parte do tempo, a sobrevivência, física e simbólica, engendra uma busca pela acumulação do que ele chama de 'capital guerreiro': condição fundamental para obter poder, respeito e autoestima e que representa um antídoto às ameaças de morte social, que emergem do cenário circundante de confinamento e exclusão. Porém, a preservação desse capital (traduzido em potencial de liderança) implica também um esforço árduo por parte de seu detentor, pois é necessário sustentar a competição permanente, reafirmando sua força, coragem e valentia, além da capacidade de manter os conflitos sob determinados limites, resolver problemas, proteger os apadrinhados, saber mandar, dominar etc.. Uma tensão permanente, marcada por uma cultura de desafios verbais, rituais de humilhação e comportamentos de riscos, na qual a performance viril tem papel central[12].

É em torno dessa tensão, gerada pela necessidade de expurgar o feminino e de ser reconhecido(a) que se procurará seguir adiante. Pelo que se viu até aqui, a adoção de um novo modelo de ação policial, por si só, não abole a conexão entre masculinidade e disposição para a guerra, forjada no afastamento simbólico das mulheres[13]. Em outras palavras, o gênero funciona também como uma variável de resistência à mudança. Mesmo que a formação e a prática dos novos agentes das UPPs venha a se concentrar no modelo de policiamento comunitário ou de

---

[12] Sobre os comportamentos dos jovens das cités, ver também os interessantes estudos de François Dubet, La Galère : jeunes en survie, Paris, Fayard, 1987 e David Lepoutre, Cœur de banlieue. Codes, rites et langages. Paris, Éditions Odile Jacob, 1997.

[13] Argumentando que a negação da participação feminina em atividades militares é mais simbólica do que física, Rosemeri Moreira lembra que a prática de afastar o corpo feminino das armas e do derramamento de sangue representa uma invariante universal. Nesse sentido, a autora sugere que "A interpretação biologicista da força versus fragilidade permanece fortemente nas percepções sobre os corpos, a despeito da transformação radical da prática da guerra, da tecnologia e das técnicas de combate" (MOREIRA, 2011)

proximidade, o pertencimento pleno ao meio policial ainda parece depender dos rituais de reforço da virilidade[14]. Antes de prosseguir, porém, na discussão sobre as significações do feminino, vale recuperar uma parte do percurso efetuado até este ponto, acrescentando-lhe alguns novos elementos.

O outro interno

Partiu-se da indagação sobre a satisfação no trabalho e buscou-se compreender os elementos que atuam na conformação das autoimagens dos policiais de ambos os sexos e na forma como percebem o seu relacionamento com os moradores das favelas 'ocupadas'. Foram enumerados determinados fatores capazes de influir nos níveis de satisfação relativos ao trabalho na UPP e, consequentemente, ao grau de adesão ao modelo do policiamento de proximidade, tal como a qualidade da formação profissional, as condições de trabalho, além de contingências particulares. A esses elementos explicativos, agregaram-se outras necessidades humanas, como demandas por segurança, por satisfação, por sentido e, a que mereceu aqui atenção concentrada, por reconhecimento.

Sem pretensão de hierarquizar o peso de cada elemento na conformação do pensamento ou do discurso dos policiais, e com a consciência de que esses elementos se entrelaçam e se confundem em vários sentidos, procurou-se ampliar os canais de escuta, na tentativa de ir um pouco além de uma análise político-institucional. Pretendeu-se, assim, numa perspectiva mais sistêmica, captar percepções, sentimentos, necessidades e aspirações que derivassem também da experiência concreta cotidiana dos agentes e das agentes, vistos como seres encarnados e não, simplesmente, como tábulas rasas, moldadas pelos ordenamentos corporativos. Em outras palavras, evitou-se atribuir valor determinante aos, sem dúvida, fundamentais processos de formação e à dimensão política do programa, procurando, na medida do possível, referir as falas dos policiais, enquanto sujeitos movidos por múltiplas dinâmicas, às suas próprias referências prático-afetivas.

Assim, com base nas pesquisas já mencionadas e nos depoimentos colhidos neste estudo, formulou-se a hipótese de haver um vínculo entre a experiência de aderir, aceitar, identificar-se e reconhecer a UPP (no sentido de valorizá-la) com o sentimento de ser reconhecido ou reconhecida como policial. Pressupôs-se o reconhecimento da condição de policial como um processo intersubjetivo, que começa

[14] O que pode ser pensado como mais um argumento a favor da desmilitarização da PM.

com o ingresso na instituição e prossegue 'na rua', no contato da polícia com seu público-alvo – a população[15].

Observou-se, em seguida, como as falas dos entrevistados de ambos os sexos expressavam um déficit de reconhecimento, reproduzido em diferentes escalas, num jogo de espelhos capaz de gerar a sensação de não se ver e não ser visto como polícia. Dado que, nos contatos intersubjetivos, população, superiores, colegas de batalhões, 'operacionais' e ''masculinos'', cada um a seu turno, recebem e replicam a mensagem de não reconhecimento, que constitui e reforça alteridades e exclusões, o 'tornar-se polícia' adquire um caráter de processo inacabado, a demandar, de forma pacífica ou conflituosa, permanentes confirmações. Nesse encadeamento dialógico, o feminino (que se expressa através da presença das 'FEM', mas não se esgota nas mulheres em si mesmas) representa a alteridade máxima, que se traduz como ameaça à identidade policial, como expressão fronteiriça de uma não-polícia.

Isso não significa que, na prática, as mulheres sejam discriminadas em bloco ou submetidas ao poderio masculino no interior da PM. A visão de que homens e mulheres se distribuem homogeneamente nos papéis de dominantes e dominados, respectivamente, impediria perceber a organização como espaço de articulação, negociação e contestação, em torno de interesses específicos, como alerta Mônica Capelle. Segundo essa autora:

> *Elas* (as policiais) *enfrentam dificuldades e limitações, mas, ao mesmo tempo, lhes são oferecidas oportunidades e possibilidades de exercer o poder e de contribuir no processo de transformação da organização* (CAPELLE, 2006).

Não é propriamente das mulheres que se está falando, portanto, mas das projeções que elas evocam, ou seja, das categorias de gênero que orientam as leituras do mundo sensível. Discute-se, em suma, o princípio androcêntrico de organização social, como diria Bourdieu (1998), ou seja, a repartição sexual como um indexador de valores, mais do que uma elaboração sobre fatos observados, para utilizar os termos de Françoise Héritier, ao analisar a construção social da diferença entre homens e mulheres[16].

---

[15] Ver Silva (2011), Caruso (2006) e Sento-Sé, J.T. (2010) que analisam a noção, incorporada à cultura policial militar, de que é na rua que se aprende a ser policia, isto é, de que os cursos de formação não preparam o policial para o trabalho, pois representam apenas uma etapa parcial do processo de formação.

[16] Para esta autora, as diferenças e atribuições de valor não estariam na natureza das coisas. As diferenças de valor atribuídas ao sexo é que se projetariam na natureza, organizando-a hierarquicamente. Héritier, F. (2005).

Sendo a presença feminina negada sobretudo em termos simbólicos, pensar a cultura política através do gênero como categoria analítica permite incorporar uma nova chave interpretativa, como sugere Rosemeri Moreira em seu estudo "Virilidade e o corpo militar" (2011). Assim, embora a identificação do feminino como um não-lugar na polícia não impeça que muitas policiais se sintam perfeitamente acolhidas, reconhecidas e respeitadas, ao encarnarem o feminino, elas se encontram em uma posição mais vulnerável às variadas expressões de desapreço de colegas.

Como já dito, a diversidade de situações é marcante: em um dos grupos focais, por exemplo, enquanto uma policial garantia ter tido boas relações com todos os policiais com quem trabalhara até então, várias outras, para surpresa da primeira, se queixavam de comportamentos abusivos de seus pares masculinos: segundo elas, um instrutor dizia que '*a FEM serve para servir cafezinho de calcinha e sutiã'*. Outros usavam palavrões e faziam comentários sobre '*mulher gostosa'* e certos oficiais proibiam as mulheres de trabalhar na rua, com o pretexto de protegê-las. (GFM 2)

A mulher como espelho da natureza

Não chega a ser uma surpresa, nesse contexto, o fato de que as "FEMs", que simbolizam o máximo de distância em relação à 'verdadeira' identidade policial, as que precisam afirmar com mais vigor sua pertinência à corporação militar, sejam também as que encarnam, para muitos, homens e mulheres, o espírito da UPP. Mesmo que alguns acreditem que a presença feminina representa um paliativo ou uma maquiagem para a pecha de truculência ou de corrupção na PM e que outros entendam que o sexo do policial é indiferente, quando se trata da qualidade do trabalho, a forte naturalização da condição feminina traz consigo a noção de que elas são mais aptas ao tipo de policiamento da UPP.

> *A mulher é mais atenciosa aos pequenos detalhes, mais organizada que os homens, em geral.* (GFH 2)

> *Então a mulher trabalha com muito mais facilidade nisso* (conquistar a confiança do cidadão)... *porque ela brinca... Porque ela já tem aquele instinto, aquela coisa de ser mãe...* (entrevistada 4)

> *Ela consegue ter esse olhar mais atencioso. Não que o homem não seja capaz. Não é isso. Mas o homem, quando faz concurso para a polícia militar ele quer o tiro, porrada e bomba. Mesmo sabendo que pode vir para a UPP, mas na cabeça deles é o tiro, porrada e bomba. (entrevistada 2)*

É interessante notar, nas falas coletadas, que as supostas qualidades inatas das mulheres não se referem somente ao talento para a política de aproximação, decorrente dos instintos maternais ou de maior sensibilidade. Elas são valorizadas também naquilo que uma das policiais chamou de "situações reais", ou seja, ações ostensivas e abordagens:

> *A mulher ela é mais observadora do que o homem. O CFAP* (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças) *diz que a mulher, quando ela mira o armamento dela, ela tem mais chance de acertar do que o homem. A mulher ela demora mais a atirar, mas quando ela atira, ela atira com maior precisão. (...) A gente escuta muito melhor e é unanimidade aqui entre os rapazes. Quando tá saindo com mulher na rua a mulher consegue ouvir passos. A três km. de distância já sabe que tem alguém andando. A mulher dá logo o sinal pro pessoal se abrigar, porque ela está escutando os passos muito antes dos homens.* (entrevistada 1)

Mas é, de fato, no quesito aproximação que as características femininas são mais ressaltadas e valorizadas:

> *Até numa simples ocorrência (...) o homem costuma ser mais truculento do que a mulher. A mulher contribui até pra amenizar o caso e conseguir que a ocorrência seja feita de uma maneira mais tranquila. Até tem uns masculinos que às vezes falam isso: 'é bom trabalhar com mulher, porque elas freiam a gente'. Imagina, dois masculinos truculentos chegando numa ocorrência simples, aquilo vai virar numa ocorrência muito mais complicada. E às vezes quando tem mulher, na maioria das vezes consegue amenizar (...), consegue conversar.* (entrevistada 5)

A maior afabilidade feminina é descrita, então, por homens e por mulheres, como elemento capaz de amenizar também a reação dos moradores nos contatos com a polícia:

> *O cidadão se sente mais à vontade em chegar na policial feminina. A mulher é mais educada, trata com mais cordialidade.* (GFH 2) *A comunidade se sente mais acolhida pela mulher. (...) Por ser uma figura materna, por ter uma coisa mais maternal, as crianças já se aproximam da mulher porque não tem aquele medo, daquele policial e aí a gente vai conseguindo colher mais da população (...) A comunidade não está acostumada a cumprimentar o policial. Se tiverem três homens, provavelmente a população*

> *não vai cumprimentar, porque tem medo de falar 'bom dia' e o homem não responder. Mas ele sabe que se tiver dois homens e uma mulher, se ele falar 'bom dia', por mais que a mulher esteja com uma dor de cabeça, ela vai responder 'bom dia'. É incrível. A gente faz essa experiência: passar assim e ver uma guarnição com homem e uma guarnição com mulher e aquela mesma pessoa que passou e cumprimentou a mulher, se ele passar por três homens ele não vai falar.* (entrevistada 1)

Como foi visto anteriormente, enquanto as mulheres são percebidas segundo uma lógica essencialista, os homens precisam reafirmar constantemente sua masculinidade, sempre posta em xeque. Quando se trata de polícia, porém, essa lógica se inverte e o feminino, naturalizado, passa a funcionar como dispositivo de exclusão e marca de incompletude, exigindo das agentes demonstrações e provas frequentes para merecerem o reconhecimento dos pares e até da população. Por outro lado, é também essa condição que as torna mais aptas, conforme os depoimentos, ao policiamento de proximidade e, portanto, à aceitação por parte da população das favelas. Em contrapartida, os policiais, que também se ressentem, em vários níveis, de falta de reconhecimento, estariam enredados na armadilha oposta, ao se verem excessivamente colados à imagem da polícia, mas de uma polícia tradicional, arredia, truculenta e arbitrária, como se ao abandonar o imaginário do "tiro, porrada e bomba", corressem o risco da feminização.

Com tudo isso, por sua forte presença nos discursos de policiais e por sua rica polissemia, a noção de reconhecimento indicou uma direção bastante fecunda para a compreensão da dinâmica das identificações e rejeições atinentes ao trabalho policial nas UPPs. Assim, antes de prosseguir na discussão sobre o gênero, vale retornar a este tema, para explorar algumas de suas implicações filosóficas.

Percursos da subjetividade

Perseguindo a inspiração de Paul Ricoeur, que se propôs a conferir "dignidade filosófica" ao conceito de reconhecimento, mas sem a pretensão de seguir seu percurso filosofia adentro[17], cabe destacar um elemento de sua análise que pode iluminar alguns dos problemas aqui levantados. Atravessando três grandes linhas

[17] Ricoeur, ressaltando a "polissemia regrada" do termo, cujos significados deslizam entre a ideia de identificação, de reconhecimento de si e de reconhecimento mútuo, desenha uma passagem do reconhecimento como noção epistemológica, capacidade antropológica e como noção política (CORÁ, 2011)

de significação do termo reconhecimento[18] – 1. Identificação (juízo, distinção); 2. Chancela (validação como verdadeiro) e 3. Gratidão – o filósofo revela sua disposição em encontrar na noção de reconhecimento, via reciprocidade, um simétrico inverso do estado de natureza hobbesiano – cuja solução pelo contrato social estaria assentada no princípio da desconfiança (RICOEUR, 2010; NASCIMENTO 2011).

Ricoeur investe, assim, na construção de uma lógica oposta a do 'atacar para não ser atacado', o que o levou a transitar pelo pensamento de Hegel, na busca de um fundamento moral distinto do medo, que desse lugar ao convívio social. Seguindo seu percurso, encontra na apropriação do pensamento hegeliano por Axel Honneth uma reflexão inspiradora. Para este último, a contradição entre igualdade jurídica e desigualdade social engendraria a negação do reconhecimento (desconhecimento como desprezo social) e, desse modo, a luta por reconhecimento, expressa em revoltas sociais. O desrespeito se daria tanto na experiência original do amor, como nos âmbitos jurídico (direitos) e social (solidariedade), repercutindo no plano afetivo como perda da autoconfiança, do autorrespeito e da autoestima, respectivamente. A essas experiências ele contrapõe como perspectiva a garantia social das relações de reconhecimento. Para Honneth, a resistência política às formas de desrespeito depende do entorno político e cultural dos sujeitos atingidos. Porém, para entender os movimentos coletivos seria fundamental levar em conta a dinâmica dessas experiências morais, além das razões instrumentais (HONNETH, 2003). O trecho abaixo resume este ponto do autor:

> *(...) sentimentos de desrespeito formam o cerne de experiências morais, inseridas na estrutura das interações sociais porque os sujeitos humanos se deparam com expectativas de reconhecimento às quais se ligam as condições de sua integridade psíquica.* (HONNET, 2003)

Finalmente, depois de um longo itinerário, em que se pergunta se essa luta por reconhecimento pensada por Honnet não resultaria em uma busca indefinida, criando a figura da *'insatisfação infinita'*, Ricoeur alcança em Marcel Mauss, no Ensaio sobre o Dom (MAUSS, 2003), o elemento para sua proposição do reconhecimento como substituição do medo da morte violenta, isto é, da luta por sobrevivência no estado natural. Para isso, analisa as trocas cerimoniais realizadas pelos Maori que Mauss havia estudado. Segundo Ricoeur, o que estaria em jogo nessas trocas não seria a força mágica contida no dom, mas o reconhecimento tácito (do

[18] Extraídos de duas grandes obras francesas de lexicografia que guardam, entre si, um século de diferença: o Dictionnaire de langue française (Émile Littré – 1859 a 1872) e o Grand Robert de la langue française (1985, 2° edição).

outro) implicado na operação pela qual os objetos circulam socialmente. O funcionamento do dom não estaria na coisa dada, mas na relação doador– recebedor, no reconhecimento mútuo simbolizado pelo ato (RICOEUR, 2010). Com isso, ele aponta para o aspecto da interdependência da vida em comunidade. O reconhecimento, assentado na aspiração por uma "vida boa", uma "vida ética[19]", ou seja, *o desejo de uma vida realizada com e para os outros em instituições justas* implicaria *um esforço contínuo de reconhecimento dos outros e de busca por ser reconhecido* (RICOEUR, 2006, apud. NASCIMENTO, 2011). Na base do desejo de viver junto, o reconhecimento substituiria o medo da morte violenta. Assim, o autor desenha uma forma de interdependência vocacionada para a paz. Ao mesmo tempo, destaca a subjetividade constituída no convívio interpessoal, em meio à diversidade e ao acolhimento do estranho e do diferente, conectada ao reconhecimento da própria estranheza (CORÁ E.J. e NASCIMENTO C.R. 2011; YUNES, 2012).

> *Revela-se assim uma nova dimensão da pessoa, a de compreender um outro mundo, diferente do seu próprio, capacidade que pode ser comparada a de aprender uma língua estrangeira, a ponto de perceber a própria língua como outra entre outras* (RICOEUR, 2006, *apud* YUNES, 2012).

Dessa forma, ao reconhecer-me, na condição de reconhecer em mim a alteridade, seria possível ver também o outro como semelhante.

O olhar dos outros

O que parece interessante reter dessas análises, mesmo que, nem longinquamente, suas implicações filosóficas possam ser aqui trabalhadas, é a noção de reconhecimento como substrato de interações sociais e como alicerce moral de identidades e práticas, constituídas intersubjetivamente. Se faz sentido pensar que na base das afinidades e aversões dos policiais e, consequentemente, de suas relações com os moradores das favelas, repousa uma questão ligada ao reconhecer e ser reconhecido, pode ser proveitoso pensar os espaços de produção de reconhecimento ou, inversamente, de desrespeito e deslegitimação, para vislumbrar dispositivos de restauração dos canais comunicativos que se vêm esgarçados por tensões e conflitos estruturais. Sem desconsiderar a importância dos condicionantes históricos que estão na base dos choques entre polícia e habitantes de favelas,

[19] Não como moral abstrata, mas partindo dos costumes.

particularmente os jovens, o esforço empreendido aqui foi o de detectar outros elementos que contribuem para a dinâmica das percepções de si e do outro, implicadas nas interações cotidianas.

Como se observou, o sentimento de não ser reconhecido se manifesta em uma espécie de encadeamento sequencial entre os que partilham o cotidiano nas favelas, iniciando-se na população e atravessando diversos segmentos da policia até ganhar força máxima no olhar sobre as mulheres policiais. Tudo leva a crer, portanto, que esse déficit de reconhecimento está intrinsecamente ligado ao sentimento de não poder se expressar, ou seja, de não encontrar ressonância para suas necessidades e identidades no campo de escuta do outro, sejam os colegas mais próximos, sejam personagens mais distantes e abstratos, como os superiores, a mídia ou a população do Rio de Janeiro. Reconhecer-se, nesse sentido, significaria fazer-se ver a partir de sua própria narrativa, isto é, poder narrar-se ao invés de ser pré-figurado pelo discurso do outro, para voltar aos termos de Ricoeur.

Nesse ponto, seria interessante investigar que necessidades os policiais das UPPs estariam expressando e como elas poderiam ser satisfeitas, para além da mera imposição de poder via uso ou ameaça de uso da força como dispositivo de legitimação da autoridade policial e, consequentemente, da autolegitimação. Como enunciado anteriormente, uma hipótese é a de que o vínculo entre reconhecimento como policial e afirmação de masculinidade possa representar uma chave adicional para a compreensão de determinados comportamentos, tanto no interior da corporação, quanto na relação dos policiais com os moradores. Se essa associação procede, caberia investir em mecanismos voltados para a desconstrução dos modelos tradicionais de gênero, através da criação, nas favelas policiadas, de mecanismos formais de diálogo, capazes de propiciar uma escuta entre agentes e entre estes e os moradores. Essa ideia será retomada adiante.

Os passos empreendidos até agora remetem à seguinte equação: o relacionamento conflituoso entre policiais e moradores de algumas áreas com UPP (excluindo-se, evidentemente, as violações deliberadamente criminosas) ancora-se na percepção de desrespeito mútuo. A falta de respeito, por sua vez, além de envolta em fantasmas de um passado recente e em algumas experiências atuais, se associa ao não reconhecimento tanto no plano jurídico (quando policiais ferem direitos da população local ou se sentem desrespeitados por ela), quanto no sentido social (quando as pressuposições sobre o outro mutilam a autoexpressão de identidades coletivas). As bases do tecido que se forma nesse ambiente ostentam o sinal de uma luta pela sobrevivência simbólica, na falta de um "contrato social" que a aplaque: falta derivada, de um lado, da ausência de uma normativa operacional e doutrinária nas UPPs e, de outro, de relações circunscritas pela gramática do gênero, em que o sentido de pertencimento e legitimação interno se vê reforçado

ou fragilizado na proporção em que os sinais se afastam ou se aproximam do universo feminino.

Em resumo, aqui parecem se articular dois eixos: o primeiro, ligado ao gênero, diz respeito ao lugar do feminino na polícia. As mulheres, como se viu, representariam uma ameaça, ao encarnarem a alteridade interna, ao mesmo tempo em que se vêm e são vistas pelos colegas como naturalmente vocacionadas ao reconhecimento do outro externo, isto é, da população supostamente hostil aos policiais. Reciprocamente, por sua distância da condição simbólica de polícia, elas seriam mais reconhecidas (menos temidas) e, por isso, menos desrespeitadas nas interações cotidianas, embora menos respeitadas/reconhecidas, pelos moradores, no exercício das funções repressivas.

O segundo eixo, ligado à demanda por reconhecimento e respeito, refere-se às imagens e autoimagens geradas por esse intrincado jogo de projeções. Em sua origem, a palavra latina *Respectum* (particípio passado de *Respicere*) significava a ação de olhar para trás, o ato de novamente (*re*) olhar (*specere*), de "espectar", além de considerar, dar atenção e acolher.[20] Respeitar, no sentido original do termo, consistia, portanto, em lançar um segundo olhar sobre o outro. Em outras palavras, rever a imagem que se tem do outro, produzindo um deslocamento da própria posição em relação a ele, criando um espaço para deixá-lo existir em seus próprios termos.

A favela, segundo os policiais

Ainda que o foco desta pesquisa só permita contemplar o olhar que os policiais dirigem aos moradores das favelas, e não o contrário, pode-se compreender algo sobre a polícia, pelos reflexos de suas percepções sobre o Outro, "o favelado", as quais podem estar na origem de muitas tensões, conflitos e "des-respeitos" vividos nas comunidades.

Segundo o participante de um grupo focal, o policial ideal para trabalhar na UPP,

> *é um policial que tem consciência da sua postura como cidadão perante a sociedade.* (Para) *trabalhar na UPP... não tem como simplesmente exercer a função de um policial militar.* (É preciso) *saber quais são os direitos*

[20] Essa acepção do termo respeitar foi apresentada por Dominic Barter, em seu worskhop Introdução à Comunicação Não Violenta, em junho de 2013 / RJ. Ver etmologia da palavra em: http://www.merriam-webster.com/dictionary/respect ; http://200.241.192.6/cgi-bin/houaissnetb.dll/frame

> *dele, os deveres dele, e o que ele pode passar para o próximo para melhorar aquele ambiente de vida. A gente está acostumado no batalhão com a visão da favela como o inimigo natural da polícia.* (GFM 2)

Para este entrevistado, assim como para boa parte dos demais, como seria de se esperar de agentes formados para o policiamento de proximidade, os moradores da favela não são mais percebidos como ocupantes de um território inimigo e, portanto, passiveis de serem eliminados, embora essa visão possa ressurgir em circunstâncias específicas. Em seu lugar, se configura, entretanto, a imagem de uma população hipossuficiente, cujas mazelas acabam por repercutir no trabalho da polícia. Nesse novo contexto, a função de agente repressivo perde sua centralidade, à medida que se abre espaço para o policial desempenhar, de forma excludente ou simultânea, um pretenso papel de educador. A pacificação que substitui o combate, abre um novo horizonte de percepções fazendo emergir, diante dos olhos dos(as) agentes, as dificuldades a que estão submetidos os residentes das favelas. À missão tradicional do policial de *prender quem está errado* se acrescenta, pois, a nova função, de *resgatar a população que não está estudando (...) tentar instruir de alguma forma*. (GFM 2) A marca da intolerância que, tradicionalmente, alimentava o espírito bélico, regido pela lógica do confronto, é suplantada, nesse caso, pelo espírito benevolente de compreensão dos problemas geradores das violências que, em última instância, teriam motivado a ocupação policial.

Todavia, quando se afirma a visão da favela como espaço de intervenção pedagógica da polícia, ainda que em nome da proteção daqueles tidos como "carentes", essa licença pode conferir aos policiais certas prerrogativas de ingerência em múltiplas esferas da vida pessoal dos moradores, inclusive o direito a repreendê-los moralmente.

> *Eu não gosto quando a mãe fala assim: tá vendo a polícia? Vou mandar te prender (...) A comunidade inteira sabe que se falar um negócio desses a mãe toma um sabão. Eu chego para a criança e falo assim: olha só. Eu não vou te prender. Se a sua mãe te der educação eu não vou te prender. Agora, se você for sem educação, se a sua mãe não te der nada de educação, provavelmente você vai ser sem educação, provavelmente você vai aprender coisa errada, provavelmente você vai fazer alguma coisa errada. Aí se você fizer coisa errada, eu vou te prender. Mas eu não vou te prender porque você não come, não vou te prender porque você faz birra com a sua mãe, porque isso é a sua mãe que tem que te dar educação.* (entrevistada 1)

Prevenir significaria, na perspectiva de uma polícia "educadora", muito mais do que evitar a incidência de problemas. Implicaria criar novos modelos e referências, inspirando bons comportamentos na direção inversa à da criminalidade.

Uma das entrevistadas relata que parte dos colegas masculinos não consegue enxergar sua tarefa de aproximação dos moradores, à qual se dedica com exclusividade, como sendo um trabalho policial. Lembra que no início eles lhe diziam:

> *'Vai, ô mãe dos gansos*[21]*.' Então eles entendiam dessa maneira. E eu falava: 'não, não! estou cuidando pra que ele não vire ganso'. Então, os meninos* (os policiais masculinos) *ainda são um pouco mais resistentes. (...) acho que eles têm que entender uma coisa. Não adianta... tiro, porrada e bomba já foi. Não é isso. Não é isso que a criançada espera da gente. Não é tiro, porrada e bomba. Nós somos os heróis. Nós! Não é o lado contrário que é o herói! A gente não veio pra matar e destruir! Entendeu? A gente veio pra resgatar. Pra retomar...* (entrevistada 2)

Como se pode perceber, a licença de quem se vê no papel de "educador" para "resgatar", "instruir" e "passar um sabão", pressupõe um determinado olhar sobre aqueles a serem instruídos ou resgatados. Pretende-se sugerir aqui que esse olhar contém o germe do não-reconhecimento nos termos da estima social e que quando somado ao não reconhecimento jurídico, para usar os termos propostos por Honnet (2003), pode amplificar o risco, já apontado por Cano *et al.* (2012), de os policiais se tornarem "donos do morro", ditando eles mesmo certas normas de convivência nas favelas. O que está em jogo, nesse caso, é que o papel do policial como representante de um Estado benemerente pode, paradoxalmente, reforçar, em vez de eliminar, o exercício arbitrário de poder, ainda que em sua face menos violenta. Isso porque a visão da favela pelo ângulo da carência tende a emoldurar o trabalho policial no campo da assistência social e não na lógica da preservação de direitos[22]. Em outras palavras, o olhar sobre indivíduos confundidos com suas carências tende a infantilizá-los, legitimando uma hierarquia moral e o poder disciplinador da polícia. *Tem que mostrar o porquê não libera o baile*, pondera um agente, preocupado com a transparência de seus atos: *porque não sabem se comportar. Se vocês se comportarem*, explica, simulando seu diálogo com os moradores, *a gente até libera alguns eventos*. (GFM 2)

---

[21] No jargão policial, gansos são os jovens com algum envolvimento ou histórico de envolvimento com o tráfico – expressão que muitas vezes acaba sendo estendida a todos os jovens da favela.

[22] Sobre os efeitos, em relação à polícia, da lógica assistencial e da formação de um Estado benemerente, a partir dos anos 1930, no Brasil, ver MOREIRA (2010)

Nisso que eu já ia abordar as pessoas, já começou a vir demanda, relembra uma policial, mostrando como pode ser tênue, nesse contexto, a fronteira entre o controle normativo e a ajuda humanitária.

> *Porque eu abordava a pessoa, encostava na parede e perguntava: o que a senhora está fazendo a essa hora na rua? (...) a senhora com filho aí? .... E aí a gente já começou a ouvir a demanda de que a pessoa não tinha com quem deixar o filho. Ah, então pera aí! De manhã eu vou ver se consigo arrumar ai uma creche.* (entrevistada 1)

Evidentemente, há muitas variações no olhar dos policiais e das policiais sobre as crianças e os adultos das favelas. Além disso, o passo entre perceber a favela como território inimigo e procurar ajudar e educar seus moradores, não é nada desprezível. Com todos os problemas que essa segunda agenda possa acarretar, ela resulta em novas práticas policiais que são, certamente, mais respeitosas do que as tradicionais incursões, que sequer reconheciam aos moradores seu direito à vida. A acolhida e a admiração de que desfrutam certos policiais dedicados ao trabalho de aproximação são reveladores desse salto qualitativo.

Contudo, o olhar que abriga um sentido missionário acaba também por produzir uma surdez em relação ao Outro, àquilo que ele tem a dizer e à sua capacidade de elaborar suas próprias narrativas – as quais, além de demandas específicas, contemplam expectativas inclusive sobre as práticas policiais. Esse Outro – a favela, o favelado – se transforma em mero objeto de intervenções que, por mais positivas e bem intencionadas, reproduzem, em certa medida, o mesmo paradigma das anteriores: não pressupõem uma condição de diálogo e tampouco conferem à favela e a seus habitantes uma posição de saber, de produção de valores e de significação a respeito de suas próprias experiências e do mundo. A polícia se investiria, nesse contexto, de um suposto saber e de um capital ético e moral a ser transmitido à comunidade, como se esta fosse passiva e inexpressiva. Por esse olhar, monológico, as favelas não teriam nada a dizer aos policiais e a política de aproximação se reduziria a um movimento unilateral, sem qualquer previsão de reciprocidade. Nessa clave, não há lugar para uma escuta aberta à singularidade do Outro e, recorrendo novamente a Ricoeur, à possibilidade de percebê-lo como semelhante e, assim, de reconhecer-se através dele. Trata-se, portanto, de um problema que vai além do diálogo, sem dúvida essencial, em torno de reivindicações, críticas e propostas. O que está em jogo, como condição de possibilidade desse diálogo, é a percepção da alteridade em seus próprios termos, considerando-se a acepção original da palavra respeito.

Reciprocamente, embora as reações não sejam simétricas – já que uma instituição normativa, como a polícia, e uma comunidade urbana, como a favela, não são realidades comparáveis – pode-se imaginar, com base em outras fontes empíricas (RAMOS, 2006) a possibilidade de que, na favela, se formem visões igualmente monolíticas sobre os policiais[23]. Visões também baseadas em pressupostos generalizadores, que se renovam a cada interação negativa, reforçando mutuamente um olhar opaco às necessidades, aspirações e experiências do Outro – o policial. Se esse raciocínio procede, basta lembrar da máxima, corrente entre os policiais, de que "é na rua que se aprende a ser polícia", para se perceber as implicações dessa obstrução do reconhecimento mútuo na construção da autoimagem dos agentes.

Isso não significa, é claro, que haja uma relação mecânica entre a visão do policial a respeito dos moradores, as respostas da população e a autoimagem associada à satisfação profissional. Graças ao contraste com o modelo repressivo anterior e à atenção dada a certas necessidades e demandas dos moradores, os policiais identificados com o trabalho de aproximação com a comunidade podem até perceber a favela somente por suas carências e, ainda assim, ou até por isso mesmo, se sentirem plenamente realizados em suas missões, desfrutando de reconhecimento e sentindo prazer em exercer seu trabalho.

Porém, esse reconhecimento, inscrito num quadro de relações verticalizadas e numa lógica paternalista (ou maternalista) pode realimentar as assimetrias como terreno propício à decepção e ao desrespeito, quando frustradas as expectativas. Não se pode esquecer que reconhecimento é um elemento fluido e instável, que não se confunde com um direito adquirido. As palavras de Luiz Roberto Cardoso de Oliveira em sua análise sobre a agressão moral são esclarecedoras nesse sentido:

> *As demandas por reconhecimento (...) não podem ser satisfeitas pela simples obediência a uma norma legal, na medida em que aquele que reconhece deve ser capaz de transmitir um sinal de apreço ao interlocutor – isto é, à sua identidade ou ao que ela representa. Nos casos em que o reconhecimento torna-se uma questão, a ausência deste sinal é vivida como uma negação da identidade do interlocutor, que se sente agredido. É nesse sentido que o aspecto dialógico do reconhecimento se*

[23] Uma das dimensões da assimetria – que envolve, sobretudo, uma desigualdade de poder – se expressa na própria condição para a viabilidade da aproximação, conforme sugerem Rodrigues e Siqueira: "O que observamos é que as dinâmicas de reconciliação e ganho de proximidade entre moradores e policiais envolvem a vinculação entre o poder de prometer e cumprir suas promessas, por parte da polícia, e o poder de perdoar, por parte dos moradores." (Rodrigues e Siqueira, 2012)

> *faz presente com todas as suas implicações. Isto também significa que o reconhecimento é uma atitude ou um direito que precisa ser permanentemente cultivado e que as demandas a ele associadas não podem jamais ser contempladas de forma definitiva* (OLIVEIRA, 2008)

Uma das premissas do modelo de policiamento comunitário, como se sabe, é a parceria da polícia com a população, o que supõe uma relação minimamente horizontalizada entre moradores e policiais, isto é, o reconhecimento mútuo de certas competências básicas[24]. Mesmo na versão norte-americana do policiamento comunitário essa parceria tem sido alvo de críticas quando se desconsideraram as especificidades locais, atribuindo-se à comunidade o papel limitado de servir de "olhos e ouvidos" da policia, ao invés de incorporá-la desde o planejamento das atividades de prevenção (DIAS NETO, 2003).

Nas UPPs, o conceito de policiamento comunitário foi, logo no início da implantação do projeto, substituído ou acrescido da ideia de policiamento de proximidade – sem que, no entanto, os significados desse novo conceito chegassem a ser precisados e sistematizados. (CANO *et al.*; 2012; RODRIGUES e SIQUEIRA, 2012; MOURÃO, 2012) De todo modo, reconhecendo a inspiração nos dois modelos, o Comando das Unidades de Polícia Pacificadora estabelece, em sua página na Internet, a seguinte distinção:

> *Entende-se por polícia de proximidade aquela que aborda o fenômeno criminológico como um fator local, devendo ser resolvido localmente, com a participação de todos os interessados, e entende-se por policia comunitária aquela que solicita a participação da comunidade na resolução de seus problemas, nesse sentido considerando o crime um dos fatores a serem resolvidos através da participação comunitária.* (http://coordenadoriaupp.com.br/)

[24] Em 1998, Bayley definiu o policiamento comunitário a partir dos quatro eixos seguintes: 1) realização de consultas à população sobre problemas, prioridades e estratégias de resolução; 2) estratégia policial voltada para áreas e problemas especícos; 3) mobilização da comunidade para autoproteção e para resolução de problemas que geram crimes; 4) foco das ações na resolução de problemas geradores de crime e desordem (prevenção). (apud, NEV/USP, 2009). Segundo a Police Foundation, o policiamento comunitário seria baseado em três elementos: 1) o trabalho da polícia é resolver problemas e não apenas responder a incidentes; 2) a polícia deve se preocupar com problemas relacionados à desordem e à incivilidade tanto quanto se ocupa com crimes graves; 3) a redução do crime e da desordem implica que a polícia trabalhe cooperativamente com a população de cada bairro para identificar suas preocupações e resolver seus problemas. (idem)

Em qualquer dos casos, portanto, mesmo que as UPPs não sigam à risca as respectivas cartilhas, pressupõe-se a participação da comunidade em alguma ou algumas instâncias do programa das UPPs. Resta saber quais as formas de participação imaginadas (além de funcionar como 'olhos e ouvidos' da polícia) e segundo que perspectivas. Em princípio, no modelo comunitário, não apenas a população, mas também a própria polícia estaria aberta a transformações provocadas pela convivência mútua. Como aponta Dias Neto:

> *A polícia deve (...) estimular o diálogo com os diversos setores sociais, especialmente aqueles que lhe são mais hostis, como forma de reverter insatisfações e animosidades. A relação igualitária com os grupos constitui um fator de socialização da polícia, que se torna mais permeável à influência social.* (DIAS NETO, 2003)

No Rio de Janeiro, mesmo não existindo uma "comunidade natural", mas a convivência forçada de policiais e moradores nas favelas, seria possível vislumbrar a perspectiva de uma "vida boa", uma "vida ética", nos termos de Ricoeur, com efeitos transformadores também para a própria polícia, uma vez derrubada a barreira que compromete as escutas de ambos os lados. Um cenário em que a polissemia do verbo reconhecer funcionasse como o pano de fundo para as interações individuais e coletivas: reconhecer no sentido de identificar (enxergar a especificidade); de respeitar (rever, e suspender juízos, focando nas necessidades comuns); de admitir (suportar e beneficiar-se da crítica e da autocrítica); de legitimar (validar, chancelar) e, finalmente, numa acepção mais remota da palavra, demonstrar gratidão.

Na UPP, o dispositivo de não reconhecimento da condição de policia encontra um elo importante, como se viu, vinculado à manifestação do feminino e à necessidade permanente de expurgá-lo. Ao que parece, também na relação com a comunidade, o elemento feminino representa importante bloqueador de um diálogo favorável à noção de reciprocidade. A ideia do Estado maternal, benemerente, que estaria na origem da criação da Polícia Feminina no Brasil como mostra Moreira (2010), se atualizaria nas favelas, pela visão focalizada nas privações de seus habitantes. Por um lado, a noção de que o trabalho carece de virilidade estaria associada à percepção de agir como assistente social, lidando com personagens cotidianos, em vez de enfrentar os verdadeiros criminosos. Boa parte do elenco que encena os conflitos que demandam intervenção da UPP – a "feijoada" do dia-a-dia, segundo o jargão policial – é composta por mulheres, idosos e crianças. Justamente a parcela da população que, por sua alegada vulnerabilidade, ensejou, na década de 1950, o ingresso de mulheres nas policias (CALAZANS, 2004; SOA-

RES. B. e MUSUMECI.l, 2005; MOREIRA, 2010)[25]. Por outro lado, como se viu acima, mesmo quando o trabalho de aproximação é valorizado e legitimado, corre-se o risco de confundir carências materiais com anomia social.

Tudo se passa como se as UPPs operassem uma complementação, sempre tensa e instável, entre o caráter masculino da atividade repressiva e a dimensão feminina associada à lógica preventiva/ "educativa". Uma tensão agravada, conforme mostra Tânia Pink, pela ambiguidade de funções – a mesma polícia reprimindo o crime e buscando aproximação com o cidadão[26] – o que contribuiria ainda mais para gerar desconfianças mútuas e respostas ambivalentes (PINK, 2011).

Certamente, no âmbito da polícia, é possível imaginar alguns mecanismos de desconstrução de estereótipos na formação dos policiais para o trabalho nas UPPs. Entretanto, pelo que se viu até agora, imagens estereotipadas sobre papéis de gênero, polícia e favela, não se desfazem a partir de preleções teóricas. Elas se fundam em noções internalizadas e em experiências passadas e presentes, reatualizando-se nas interações cotidianas, a não ser que um novo elemento desorganize os conceitos automatizados, criando espaço para um segundo olhar[27].

Reflexões finais

Resumidamente, procurou-se apontar a dimensão da identidade policial constituída, intersubjetivamente, dentro da PM e nas comunicações cotidianas com os moradores das favelas. O sentimento de ser reconhecido(a) e "respeitado(a)", que toma parte nessa identidade, alude, como se viu, a um campo simbólico que encontra na linguagem do gênero um de seus alicerces. Reconhecer-se como policial, obter satisfação do próprio trabalho e identificar-se com o projeto das UPPs – elementos que repercutem diretamente na relação entre a polícia e a população – expressam tanto as normas institucionais e as escolhas políticas, quanto uma cultura policial, mais arraigada, atrelada à lógica da virilidade violenta. Traço que,

---

[25] O projeto-piloto que antecedeu as UPPs, o GPAE (Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais), foi apelidado de "GMÂE", pelos que lhe opunham resistência, por não priorizar o combate ao tráfico de drogas (Rodrigues e Siqueira, 2012)

[26] Em algumas unidades, a tarefa de buscar aproximar-se dos moradores está a cargo de grupos específicos, o que pode, por um lado, produzir maior identificação por parte da população, mas, por outro lado, indicar que o resto da tropa opera somente em caráter ostensivo ou repressivo.

[27] Rodrigues e Siqueira (2102), referindo-se à análise de Hannah Arendt sobre o problema da memória da violência e da irreversibilidade da ação humana – e as possíveis soluções que residiriam no poder de perdoar e de prometer – apontam o perdão, no caso dos policiais das UPPs, como uma das poucas alternativas para o seguinte dilema: "por que os atores de hoje não devem pagar pelo que foi feito por outros no passado?"

provavelmente, precede a entrada no mundo militar, se aprofunda e se consolida na caserna, inscrevendo-se no próprio corpo, e que uma eventual desmilitarização da polícia não apagaria automaticamente. A presença feminina, nesse contexto, parece, por um lado, destravar as vias de comunicação da polícia com a favela. Por outro, quando evoca pretensos atributos naturais das mulheres, dando margem a representações sobre um "lado não policial da polícia", acaba reforçando a lógica confrontativa que pretende amenizar. Com isso, legitima e reforça também um aspecto maternal das intervenções, que, ao aprofundar um olhar assimétrico sobre a capacidade da favela produzir suas próprias narrativas, desqualifica-a como interlocutora. Fecha-se, dessa forma, o circuito do não reconhecimento.

Os desafios apresentados pelas UPPs são inúmeros e têm sido detalhados em diversos trabalhos (SILVA, 2010; SOARES, 2010; BURGOS, 2011; CUNHA e MELLO, 2011; CANO *et al.*, 2012; RODRIGUES, SIQUEIRA e LISSOVSKY, 2012; MOURÃO, 2012; MUSUMECI, 2013; LEITE, 2013). Não cabe, portanto, reanalisar os temas que, justamente por serem centrais, já foram abordados previamente, tais como: a formação dos policiais, a infraestrutura das unidades, os critérios de escolha das favelas contempladas, as estratégias de prevenção, os interesses subjacentes, o risco do controle autoritário decorrente do poder discricionário dos agentes, a ausência de padronização operativa e doutrinária, assim como os mecanismos de controle dos desvios e abusos policiais. O objetivo aqui foi agregar a essas observações alguns elementos capazes de conectar os aspectos objetivo e subjetivo, através da noção de reconhecimento e da dimensão de gênero.

Assim, buscando acrescentar algumas sugestões ao rol das que vem sendo apontadas pelos estudiosos desde o início do funcionamento das UPPs,[28] esta análise conduz, quase inevitavelmente, a duas propostas: a primeira, sobre a inclusão de processos reflexivos de gênero na formação (continuada) dos policiais, com a perspectiva de desabrigar o vinculo entre policiamento e virilidade violenta,[29] assim como sua contrapartida – a visão naturalista e essencialista sobre as mulheres.

---

[28] A criação de ouvidorias específicas para as UPPs, por exemplo, ou, como explicitado em Cano et al. "Inclusão da letalidade como critério de seleção de novas UPPs"; "Padronização operativa e doutrinária"; 'Valorização dos policiais das UPPs"; "Formação dos policiais das UPPs"; "Legitimação do projeto de pacificação dentro da PM"; "Reconsideração do modelo de combate às drogas dentro das UPPs"; "Aprofundamento do componente comunitário das UPPs"; "Promoção de mecanismos comunitários de decisão para os conflitos internos"; "Promoção da participação política e relegitimação das estruturas de representação comunitárias.

[29] Uma experiência nesse sentido foi realizada, em 1999, pela equipe do Instituto Noos, com policiais do 9º BPM. Sobre a metodologia dos grupos reflexivos de gênero, ver Acosta et. al. (2004) Conversas Homem a Homem: Grupo Reflexivo de Gênero. Rio de Janeiro, Instituto Noos.

A segunda refere-se à formação de espaços, físicos e virtuais, de promoção do diálogo, inspirados na mediação de conflitos e nas práticas restaurativas[30]. Espaços nos quais policiais e moradores, uns com os outros e também entre si, pudessem não apenas expressar suas demandas e insatisfações, mas, sobretudo, experimentar outra forma de escutar e de lidar com suas desavenças.

Duas palavras inevitáveis sobre mediação de conflitos

Nas UPPs, alguns policiais, depois de receberem treinamento oferecido pelo Tribunal de Justiça, têm exercido o papel de mediadores de conflitos. Embora essa função corrobore a missão de uma polícia pacificadora, enriquecendo as estratégias de aproximação, ela envolve pelo menos dois riscos: o primeiro, por contradizer as premissas da mediação, segundo as quais o mediador ou mediadora deve ser uma terceira parte neutra e nunca uma autoridade[31]. Embora esse texto não comporte uma exposição detalhada sobre essa prática, cabe destacar que a mediação funciona como alternativa à sentença judicial justamente por contribuir para que as partes se reapropriem de sua capacidade de desenvolver soluções próprias para suas disputas, ao invés de atribuir a um juiz o poder de decidir por elas[32]. Parte-se, portanto, da premissa de que a solução arbitrada por um juiz, preocupado apenas em determinar quem ganha e quem perde, quem é ofensor e quem é ofendido, tem poucas chances de ajudar a reestabelecer um diálogo satisfatório entre as partes, sobretudo quando há relação continuada entre elas, e, menos ainda, de fortalecer suas habilidades para lidar com conflitos futuros. Mais provavelmente, ajudará a aprofundar barreiras e a acirrar posições antagônicas, deixando brechas

---

30 Entre a vasta literatura sobre mediação de conflitos e círculos restaurativos, ver: Vasconcelos, 2012; Spengler, 2012; Gomma de Azevedo, 2009; Monteiro e Da Silva (org), 2012; Pelizzoli e Sayão (ort),2012; Vezzulla, 2005)

31 A breve definição do papel do mediador que se encontra na página de apresentação do Mediare, organização pioneira, no Brasil, ajuda a esclarecer este ponto: "O Mediador é um terceiro imparcial que facilita a comunicação entre as pessoas sem constituir-se interventor ativo nas decisões; as partes envolvidas permanecem autoras da solução de seus desacordos. Ele atua com o objetivo de identificar interesses comuns e divergentes entre partes e ampliar as alternativas para a resolução de impasses. Suas intervenções auxiliam na transformação positiva das relações, possibilitando reduzir o conflito a níveis manejáveis e construir acordos mutuamente satisfatórios." http://www.mediare.com.br/05mediacinstrum.htm

32 Muito simplificadamente, a mediação de conflitos é um processo através do qual uma terceira parte neutra ajuda as partes em conflito a desenvolver, conjuntamente, soluções que sejam satisfatórias para ambas.

para o conflito se converter em violência. Já na mediação, o que se procura, seguindo a clave da "Comunicação Não Violenta"[33] são resoluções que reflitam as necessidades de ambas as partes, rompendo a lógica de que é preciso que um perca para que outro ganhe. Busca-se, assim, a participação ativa e, dessa forma, o comprometimento de todos os envolvidos na solução do problema. Compartilhando o princípio da justiça restaurativa, a mediação de conflitos segue o caminho inverso ao tradicional: volta-se para a solução do problema no lugar da apuração de culpas; para o diálogo, no lugar do combate adversarial; para as necessidades de todos, no lugar da satisfação de uma das partes apenas; para a reparação de danos (em caso de ofensa) no lugar da imposição de danos aos ofensores; para a dimensão intersubjetiva, no lugar da agenda exclusivamente punitiva; para o acolhimento das narrativas dos envolvidos, no lugar da adoção generalizada de modelos pré-definidos; para seres humanos percebidos de forma holística, no lugar de indivíduos definidos exclusivamente pelas ofensas que praticaram; para o engajamento de todos na solução do problema, no lugar de sua subordinação passiva ao arbítrio de uma autoridade externa[34].

Em princípio, apesar de ser mais difícil para uma autoridade policial manter o ambiente ideal para uma mediação, nada impede que policiais das UPPs sejam, individualmente, bons mediadores. Contudo, há um segundo risco implicado na prática da mediação como estratégia de atuação da UPP junto às comunidades: que ela venha a reforçar uma visão tutelar que desqualifique a favela como instância produtora de soluções para seus próprios problemas. Para contrarrestar esse risco e estimular o diálogo respeitoso e aberto à reciprocidade, tanto dentro, quanto fora da UPP, seria desejável que a função de mediador fosse exercida por diferentes atores e não exclusivamente por policiais[35]. E que fosse vista como um recurso

---

[33] Para compreender o conceito e as práticas que lhe são associadas ver: ROSENBERG, Marchall B. Comunicação Não-Violenta. Editora Agora, São Paulo, 2003 (3° edição).

[34] Segundo a Resolução 2002/12 do Conselho Social e Econômico da ONU, "Procedimento restaurativo" significa qualquer processo no qual a vítima e o ofensor, e quando apropriado, quaisquer outros indivíduos envolvidos ou membros da comunidade afetada pelo crime, participam em conjunto e ativamente na resolução dos problemas nascidos do crime, geralmente com ajuda de um facilitador. Os procedimentos restaurativos podem incluir mediação, conferências e círculos"; "Resultado restaurativo significa um acordo construído no processo restaurativo. Resultados restaurativos incluem respostas e programas tais como reparação, restituição e serviço comunitário, objetivando atender às necessidades individuais e coletivas e responsabilidades das partes, bem como promover a reintegração da vítima e do ofensor". http://www.justica21.org.br/j21.php?id=366&pg=0# Sobre as principais diferenças entre as premissas das justiças retributiva e restaurativa, ver SLAKMON, C., R. DE VITTO, E R. GOMES PINTO (org.), (2005); PALLAMOLLA, R. (2009) ; ZHER, H. (2012); MEIRELLES, C.(2012).

[35] Segundo anunciou o portal R7, do Distrito Federal, em setembro de 2013, essa experiência terá lugar em Brasília, onde será oferecido um curso a Policiais e líderes de movimentos sociais voltado à

disponível também para eles, pois isso ajudaria a desancorar a imagem da favela como um celeiro de conflitos a legitimar certas formas de mandonismo. Mais do que isso, que espaços de dialogo entre a polícia e a favela fossem ampliados, como já se têm sugerido em várias avaliações (RODRIGUES e SIQUEIRA.R., 2012; CANO *et al.*, 2012). Seria proveitoso, porém, que esses espaços, com uma gestão compartilhada, se prestassem a múltiplos diálogos (como mediação de conflitos, círculos restaurativos[36], grupos reflexivos etc.), além dos encontros tradicionais para demandar, cobrar, justificar, planejar, monitorar etc.. Assim, haveria lugar para tratar tanto dos problemas objetivos, referentes aos direitos e reivindicações, quanto das questões intersubjetivas, que afetam policiais e habitantes das favelas.

É evidente que abusos, violências e ilegalidades, de agentes e de moradores, requerem encaminhamentos específicos, previstos na normativa legal, nem sempre, como se sabe, postos devidamente em prática. Porém, quando se aposta exclusivamente nas vias voltadas à punição, como os canais de denúncia, corre-se o risco de apenas aprofundar as tensões e os conflitos, que facilmente degeneram em abusos e violências – sobretudo se eles encontram ressonância em visões estereotipadas, experiências e memórias dolorosas. Não só porque, com o diálogo restaurativo, evita-se que evoluam para a violência, mas, sobretudo, pelo fato de que esses processos, focados no futuro e não no passado, permitem incorporar a comunicação construtiva, não adversarial, ao repertório das interações cotidianas. Na mediação, tanto mediandos quanto mediadores são levados, necessariamente, a praticar uma escuta aberta à narrativa do outro. Deduz-se daí a importância dessa prática não ser vista somente como mais um instrumento de pacificação da favela, operado por policiais, mas de funcionar também como instrumento de pacificação da polícia: de seus conflitos internos e de seu olhar em relação aos favelados. Embora existam diferentes modelos de mediação, o princípio do respeito como "segundo olhar" dirigido ao outro é, em todos os casos, estruturante: no lugar do julgamento e da busca de culpados, como se viu acima, aposta-se em revigorar os próprios recursos das partes conflitantes, em favor de uma compreensão das necessidades e expectativas comuns. Para isso, é fundamental destituir a comunicação entre todos os envolvidos de qualquer caráter hierárquico. Como remarca Vasconcelos, a comunicação construtiva, que fundamenta a mediação, é aquela que:

---

mediação de conflitos. http://noticias.r7.com/distrito-federal/policiais-e-movimentos-sociais-serao--treinados-para-resolver-conflitos-14092013

[36] Para uma apresentação detalhada do funcionamento dos círculos restaurativos ver: MEIRELLES (2012); PALAMOLLA (2009).

> *(...) contribui para gerar confiança, empatia e colaboração no trato dos inevitáveis conflitos da convivência humana, a partir do reconhecimento da essencialidade e legitimidade do outro, enquanto construtor, correstaurador e coinovador dos padrões relacionais.* (VASCONCELOS, 2012)

Em suma, esta análise, baseada no material da primeira fase da pesquisa, aponta para duas abordagens no âmbito da intersubjetividade: a primeira, como se viu, voltada para a reconfiguração dos valores associados ao masculino e ao feminino. A segunda, direcionada à construção de um território dialógico no qual policiais e moradores, devidamente preparados, possam atuar como comediadores nos conflitos da população, assim como naqueles que envolvem policiais e membros da comunidade. Nos dois casos, o que está em jogo, como se pode deduzir, é a chance de lidar de maneira positiva e criativa com as diferenças humanas, pois, como ressalta Marshal Rosemberg (2006), o sistematizador dos princípios da Comunicação Não Violenta, *quando escutamos os sentimentos e necessidades da outra pessoa, reconhecemos nossa humanidade em comum*.

Assim, ao concluir esse texto, chamando a atenção para o que escapa à demarcação político-institucional do programa de pacificação das favelas, nenhuma frase poderia ser mais apropriada para encerrá-lo, ressaltando a nossa *humanidade em comum*, do que aquela com que José Miguel Wisnik conclui seu artigo, publicado no jornal O Globo, depois de proferir uma palestra para policiais em formação:

> *(...) a maior fome, a maior pobreza, a mais violenta, que está na polícia, naquele que vai se tornar ou não bandido, e em nós, é a fome de reconhecimento.*
> José Miguel Wisnik
> O Globo, 14 de setembro de 2013

BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, Fernando; ANDRADE FILHO, Antônio; BRONZ, Alan (2004). *Conversa homem a homem: Grupo reflexivo de gênero*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.

AZEVEDO, André Gomma de (2009). *Manual de Mediação Judicial*. Brasilia: Ministério da Justiça.

BADINTER, Elizabeth (1998). *XY de l´identité masculine*. Paris: Livre de Poche

BOURDIEU, Pierre. (1998). *La domination masculine*. Paris: Seuil.

BURGOS, Marcelo *et al.* (2011). O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, n. 11, ago/dez, pp. 49-98.

CALAZANS, Márcia (2004). Mulheres no policiamento ostensivo a perspectiva de uma segurança cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, n. 18, pp. 142-150.

CANO, Ignácio *et al.* (2012). *Os donos do morro: Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. São Paulo/Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Laboratório de Análise da Violência da UERJ. Disponível em <http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2012/RelatUPP.pdf>.

CAPELLE, Monica Carvalho Alves e MELO, Marlene Catarina Lopes (2010). Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. *RAM - Revista de Administração Mackenzie*, v. 11, n. 3, ed. especial, mai./jun, pp. 71-99. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ram/v11n3/a06v11n3.pdf>. Acesso em 29/9/2013.

CARUSO, Haydée (2006). *Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro: da escola de formação à prática policial*. Relatório final de pesquisa. Brasília: Senasp/Ministério da Justiça (Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública).

CORÁ, Élsio José (2004). *Hermenêutica e teoria da ação em "O si mesmo como um outro" de Paul Ricoeur*. Dissertação de mestrado. Santa Maria, RS: Programa de Pós-Graduação em Filosofia/Universidade Federal de Santa Maria.

CORÁ, Élsio José e NASCIMENTO, Cláudio Reichert do (2011). Reconhecimento em Paul Ricoeur: Da identificação ao reconhecimento mútuo. *Revista de Ciências Humanas*, v. 45, n. 2, outubro, pp. 207-423. Disponível em <journal.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2011v45n2p407>. Acesso em 24/9/2013.

CUNHA, Neiva Vieira e MELLO, Marco Antônio Silva (2011). Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 4, n. 3, jul-set, pp. 371-401.

DIAS NETO, Theodomiro (2003). *Policiamento comunitário e controle sobre a polícia: a experiência norte-americana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2° ed.

FGV (2009). Avaliação do impacto do policiamento comunitário na Cidade de Deus e no DonaMarta. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas. Relatório de pesquisa. Junho de 2009. Mimeo.

GOMES, Luiz Flávio (2009). *A avaliação dos moradores do Rio acerca das UPPs*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Cultura. Disponível em <http://atualidadesdodireito.com.br/lfg/2011/02/01/a-avaliacao-dos-moradores-do-rio-acerca-das-upps-15/>.

HERITIER, Françoise (2005). *Hommes, femmes. La construction de la différence*. Paris: Le Pommier.

IBPS – Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (2009). *O impacto das Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas da cidade do Rio de Janeiro*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: IBPS. Disponível em <http://www.ibpsnet.com.br/index.php/pesquisa/2009>.

_____ (2010) *Pesquisa sobre a percepção acerca das Unidades de Polícia Pacificadora* (PR 004 – 10 – UPP – 2501. Disponível em <http://www.senado.gov.br/senadores/liderancas/lidptsf/relat%c3%93rio%20final%20pesquisa%20ibps%20004-10%20(comunidades%20com%20upp).pdf >

LEITE, Márcia (2013). UPPs e a segurança dos moradores de favelas. *Canal Ibase*, 19/02/2013. <http://www.canalibase.org.br/upps-e-seguranca-dos-moradores-de-favelas/>. Acesso em 30/9/2013.

MAUSS, Marcel (2003). Ensaio sobre a dádiva. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naif.

MEIRELLES, Cristina (2012). Praticas restaurativas nas escolas. *In*: Pelizzoli, M. e Sayão, S. *Diálogo, mediação e justiça restaurativa: Cultura de paz*. Recife: EdUFPE, pp. 187-217.

MONTEIRO, Valdênia Brito (org). (2012). *Mediação de conflitos, direitos humanos e acesso à justiça*. Recife: Gajop.

MOREIRA, Rosemeri (2010). O discurso maternalista e a construção da "polícia feminina": Dominação simbólica, negociação ou ressignificação? *Fazendo Gênero*, n. 9. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278283718ARQUIVOOdiscursomaternalistaeaconstrucaoda.pdf. Acesso em 24/9/ 2013.

_____ (2011). Virilidade e o corpo militar. *História: Debates e Tendências*, v. 10, n. 2, jul/dez. Disponível em < http://www.upf.br/seer/index.php/rhdt/article/view/2466/1626>. Acesso em 24/9/2013.

MOURÃO, Barbara (2012). *Unidades de Polícia Pacificadora, Ano II: O que pensam os policiais*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: CESeC. Disponível em < http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2011/09/Relatorio2012comAnexos.pdf>

MUSUMECI, Leonarda *et al.* (2013). Ser policial de UPP: Aproximações e resistências. *Boletim Segurança e Cidadania*, 14. Rio de Janeiro: CESeC, a sair.

NEV-USP – Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (2009). *Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e comunidade na construção da segurança*. São Paulo: NEV-USP. Disponível em < http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=2209&Itemid=96>. Acesso em 24/9/2013.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de (2008). Existe violência sem agressão moral? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n 67, junho, pp. 135-93. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/10.pdf>.

PALLAMOLLA, Raffaella (2009). *Justiça restaurativa*. São Paulo: IBCCrim.

PELIZZOLI, Marcelo e SAYÃO, Sandro (orgs.) (2012). *Diálogo, mediação e justiça restaurativa: Cultura de paz*. Recife: EdUFPE.

PINC, Tania (2011). *Polícia Pacificadora: Que policiamento é este?* Site do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em <http://www2.forumseguranca.org.br/content/pol%C3%ADcia-pacificadora-que-policiamento-%C3%A9-este>

RAMOS, Silvia (2006). Juventude e Polícia. *Boletim Segurança e Cidadania*. Rio de Janeiro: CESeC, ano 5, n. 12, outubro.

RICOEUR, Paul (2006). *O percurso do reconhecimento*. São Paulo: Loyola.

_____ (2010). A luta por reconhecimento e a economia do dom. *Ethic@*, v. 9, n 2, dezembro, pp.281-301. Disponível em <http://w3.ufsm.br/filosofia/wp-content/uploads/2011/11/A-luta-por-reconhecimento-e-a-economia-do-dom.pdf>. Acesso em 24/9/2013.

RODRIGUES, André e SIQUEIRA, Raiza (2012). As Unidades de Polícia Pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro. *In*: Rodrigues, A.; Siqueira, A.; Lissovsky, M. Unidades de Polícia Pacificadora: Debates e reflexões. *Comunicações do ISER*, ano 31, n 67, pp. 9-52.

ROSEMBERG, Marshall (2006). *Comunicação não-violenta*. São Paulo: Ágora.

SAUVADET, Thomas (2006). *Le capital guerrier: Concurrence et solidarieté entre jeunes de cité*. Paris: Armand Colin.

SENTO-SÉ, João Trajano (2010). *Condições de trabalho e formação das polícias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: LAV-UERJ e Faperj.

SILVA, Luiz Antônio Machado da (2010). *Afinal, qual é a das UPPs?* Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, março. Disponível em <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf.>.

SILVA, Robson da (2011). *Entre a caserna e a rua: o dilema do 'pato'. Uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI*. Niterói: EdUFF.

SLAKMON, Katherine; DE VITTO, Renato Campos; PINTO Renato Sócrates Gomes (orgs.) (2005). *Justiça restaurativa*. Brasília: Ministério da Justiça/PNUD.

SOARES, Barbara (2009). Posso me identificar? O discurso da violência e o papel social da vítima. *Anais do X Congresso Luso Afro Brasileiro*. Porto.

SOARES, Barbara e MUSUMECI, Leonarda (2005). *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SOUZA, Marcos Santana (2011). Novos espaços do feminino: trabalho, gênero e corporações militares no Brasil. *Revista de Ciências Sociais e Humanas*, v. .24, n. 2, jul-dez, pp. 133-147.. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs>.

SPENGLER, Fabiana Marion (2012). *Fundamentos políticos da mediação comunitária*. Ijuí, RS: Unijui.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo (2012). *Mediação de conflitos e práticas restaurativas*. São Paulo: Método.

VEZZULLA, Juan Carlos (2005). *Mediação: Teoria e prática. Guia para utilizadores e profissionais*. Lisboa: Ministério da Justiça

WACQUANT, Loïc (2007). Esclarecer o *Habitus*. *Educação & Linguagem*. Ano 10, n. 16, jul--dez, PP. 63-71.

WELZER-LANG, Daniel (2000). *Comprendre l'homophobie*. Texto adaptado de conferência no Ministério da Saúde e Serviço Social/Divisão Aids, Montréal, 1995. Disponível em <http://www.traboules. org/text/txtunivhom.html>. Acesso em 6/2008.

_____ (2002). Virilité et virilisme dans les quartiers populaires en France. *Enjeux*, n. 128, mars, pp. 10-32.. Disponível em < http://www2.cndp.fr/revueVEI/128/01003211.pdf>. Acesso em 24/9/2013.

_____ (2004). *Les hommes et le masculin*. Paris: Petite Bibliotèque Payot.

YUNES, Eliana (2012). O eu, o outro e o mundo – reconhecer para conhecer-se: Identidade, narrativa e ética em Paul Ricoeur. *Teoliterária* v. 2, n 4, pp. 253-63 Disponível em <http://www. teoliteraria.com/tlj/index.php/tlt/article/view/71/68>. Acesso em 24/9/2013.

ZHER, Howard (2002). Justiça restaurativa. São Paulo: Palas Athena.